

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Marina Cruz Vieira Villela

ATIVISMO DIGITAL:
Um estudo sobre *blogs* ativistas

BRASÍLIA

2012

MARINA CRUZ VIEIRA VILLELA

ATIVISMO DIGITAL:

Um estudo sobre *blogs* ativistas

Dissertação apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de
Brasília - UnB como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política

Orientador: Professor Alexandre Araújo Costa

**BRASÍLIA
2012**

MARINA CRUZ VIEIRA VILLELA

ATIVISMO DIGITAL:

Um estudo sobre *blogs* ativistas

Dissertação aprovada pelo Corpo Docente do Curso de Mestrado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB em 13 de setembro de 2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Professor Alexandre Araújo Costa
(Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília)

Professor Paulo Du Pin Calmon
(Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília)

Henrique Carlos de Oliveira de Castro
(Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília)

BRASÍLIA
2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pacientes e tolerantes durante todo o processo, me incentivando e me ouvindo, sem os quais a elaboração desta dissertação não teria sido possível.

Aos meus amigos, compreensivos das minhas ausências, mas que não me permitiram cair em total ostracismo, vez ou outra fazendo questão da minha presença.

Ao Instituto de Ciência Política e seu corpo docente, fundamentais para permitir a concretização deste trabalho, especialmente ao Professor Alexandre Araújo Costa, que gentilmente me orientou.

À minha chefe e colegas de trabalho.

Ao meu amor, que foi incrivelmente companheiro e tornou meu processo mais doce.

A Deus, acima de tudo.

Muito grata!

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a interação digital entre cidadãos para o exercício da participação política, analisada a partir do estudo empírico de *blogs* com conteúdo de contestação política e cuja autoria seja de membros da sociedade civil. Para fornecer fundamentação teórica para a dissertação, são apresentadas considerações gerais e conceitos relacionados a participação política, concluindo que o ativismo digital é uma forma de participação, e abordagens da importância da informação e da comunicação no âmbito da discussão sobre participação política. São expostos, ainda, conceitos de ativismo digital, com a apresentação de alguns estudos publicados sobre o assunto, incluindo pesquisas empíricas com foco em determinadas ferramentas de internet.

Em seguida, é apresentado o estudo empírico objeto desta dissertação, por meio do qual são analisados *blogs* ativistas sobre o meio ambiente e *blogs* ativistas com variadas temáticas, listados pelo Centro de Estudos da Mídia Independente “Barão de Itararé”, que têm como ponto em comum a militância por uma comunicação democrática. O problema de pesquisa investigado é se a interação digital entre cidadãos e entre cidadãos e governo no exercício político virtual altera as formas de participação política. A hipótese central do trabalho é que experiências digitais de ativismo por meio de *blogs* alteram o processo de participação tradicional, tendo em vista que criam novos mecanismos de interação entre cidadãos e entre cidadãos e governo. Ao final do estudo, verifica-se que esta hipótese não se confirma. Dessa forma, conclui-se que, para o conjunto de *blogs* pesquisados, a interação digital entre cidadãos no exercício político virtual não altera de modo significativo as formas de participação política, representando mais um complemento às ações presenciais.

Palavras-chave: participação política, internet, ativismo digital.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	12
2.1. Considerações Gerais.....	12
2.2. A Importância da Informação e da Comunicação.....	14
3. O USO POLÍTICO DA INTERNET.....	18
3.1. Comunicação Digital e Participação Política.....	18
3.2. Ativismo Digital.....	26
4. ESTUDO SOBRE <i>BLOGS</i> ATIVISTAS.....	36
5. REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO.....	68
6. CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS.....	82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Tag Cloud</i> do parâmetro “Nome”	43
Figura 2 – <i>Tag Cloud</i> do parâmetro “Objetivo”	45
Figura 3 – <i>Tag Cloud</i> das palavras-chave dos objetivos dos <i>blogs</i>	47
Figura 4 – <i>Tag Cloud</i> da identidade dos <i>blogs</i>	49
Figura 5 – Característica dos <i>blogs</i>	50
Figura 6 – Distribuição das características dos <i>blogs</i> em relação às temáticas.....	51
Figura 7 – Data de criação dos <i>blogs</i>	52
Figura 8 – Periodicidade das atualizações dos <i>blogs</i>	53
Figura 9 – Periodicidade das atualizações para cada característica de <i>blog</i>	54
Figura 10 – Divulgação no <i>blog</i> de formas de arrecadação de verbas.....	55
Figura 11 – Distribuição da divulgação da arrecadação por característica de <i>blog</i> .	56
Figura 12 – Estímulo ao ativismo online e presencial.....	57
Figura 13 – Estímulo ao ativismo online e presencial de acordo com as características dos <i>blogs</i>	58
Figura 14 – Disponibilização de Petições <i>Online</i>	60
Figura 15 – Promoção de atividades educativas de acordo com as características dos <i>blogs</i>	62
Figura 16 – Atuação junto ao Poder Público de acordo com as características dos <i>blogs</i>	63
Figura 17 – Possibilidade de compartilhamento pelos usuários do conteúdo do <i>blog</i> em outras redes.....	63
Figura 18 – Presença em outras redes.....	64
Figura 19 – Presença em outras redes de acordo com as características dos <i>blogs</i> .	65
Figura 20 – Vinculação a outros atores.....	66
Figura 21 – Vinculação a outros atores de acordo com as características dos <i>blogs</i>	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos <i>blogs</i>	50
Tabela 2 – Disponibilização de loja virtual para venda de produtos.....	57
Tabela 3 – Disponibilização de petições <i>online</i>	59
Tabela 4 – Existência de fóruns de discussão, chats ou comentários.....	60
Tabela 5 – Divulgação de vídeos sobre o tema.....	61
Tabela 6 – Promoção de atividades educativas.....	61
Tabela 7 – Atuação junto aos Três Poderes ou a algum deles.....	62
Tabela 8 – Categorias de Parâmetros Representativos de Ativ. Político dos <i>Blogs</i> .	68

1. INTRODUÇÃO

Em maio de 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU publicou o *Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, Frank La Rue*¹, que destacou “a natureza única e transformadora da internet não apenas para permitir aos cidadãos exercer o seu direito à liberdade de opinião e expressão, mas também uma gama de outros direitos humanos e promover o progresso da sociedade como um todo” (UNITED NATIONS, 2011).

Este documento qualifica o acesso à internet como um direito humano e classifica o corte ao acesso à internet ou o filtro a determinados conteúdos como violação ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos² (UNITED NATIONS, 1966). Uma das justificativas que o citado Relatório traz para que a proteção ao acesso à internet seja prioridade para os Estados é que ela facilita a participação cidadã ativa na construção de sociedades democráticas, citando como exemplos as ondas de manifestações no Oriente Médio e Norte da África, que demonstraram o papel fundamental que a Internet pode exercer em mobilizar a população para lutar por justiça, igualdade, transparência e respeito aos direitos humanos:

The Special Rapporteur believes that the Internet is one of the most powerful instruments of the 21st century for increasing transparency in the conduct of the powerful, access to information, and for facilitating active citizen participation in building democratic societies. Indeed, the recent wave of demonstrations in countries across the Middle East and North African region has shown the key role that the Internet can play in mobilizing the population to call for justice, equality, accountability and better respect for human rights. As such, facilitating access to the Internet for all individuals, with as little restriction to online

¹ “A Special Rapporteur is an independent expert appointed by the Human Rights Council to examine and report back on a country situation or a specific human rights theme. This position is honorary and the expert is not United Nations staff nor paid for his/her work. The Special Rapporteurs are part of the Special Procedures of the Human Rights Council” (UNITED NATIONS, disponível em <http://www.ohchr.org/EN/Issues/FreedomOpinion/Pages/OpinionIndex.aspx>), acessado em 4.jul.2011).

² O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi aprovado pela Resolução n.º 2.200-A, da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, entrou em vigor em 1976, quando atingiu o número mínimo de adesões de Estados-Membros, mas no Brasil entrou em vigor somente em 24 de abril de 1992, após a adesão e o processo de internalização do Pacto Internacional pelo Congresso Nacional. Este documento especifica a proteção dos direitos civis e políticos presentes da Declaração Universal de Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948), formando com esta, com o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e com os Protocolos Facultativos a estes dois Pactos, a Carta Internacional de Direitos do Homem.

content as possible, should be a priority for all States (UNITED NATIONS, 2011).

Nos últimos anos observou-se o surgimento de diversos *blogs* com conteúdo de reivindicação política envolvendo inúmeras causas, como liberdade de expressão, direitos dos animais, causas ambientais, entre outras. As redes sociais também começaram a servir como instrumento de manifestação, na medida em que as pessoas, no afã de apresentar suas ideias, passaram a postar opiniões políticas e mesmo a criar eventos para manifestações e discussão de tais assuntos.

De acordo com Norris (2001), no esquema de participação política tradicional, a sociedade civil organizada, por meio de grupos de interesse e novos movimentos sociais, partidos políticos e a mídia, faz uma intermediação entre os cidadãos e o Estado atuando como canalizadores de suas principais demandas, a fim de gerar *outputs* no sistema político. O que se busca verificar neste trabalho é se a interação digital entre os cidadãos por meio de *blogs* altera de alguma maneira este esquema de participação tradicional, possibilitando que os cidadãos participem politicamente sem mediação das instituições da sociedade civil organizada.

O presente trabalho, portanto, tem como tema a interação digital entre cidadãos para o exercício da participação política, analisada a partir do estudo exploratório de *blogs* com conteúdo de contestação política e cuja autoria seja de membros da sociedade civil. A partir dos fatos acima relatados, o problema de pesquisa que se pretende investigar é se a interação digital entre cidadãos e entre cidadãos e governo no exercício político virtual altera as formas de participação política. Trata-se de um estudo exploratório, uma vez que o foco da pesquisa é gerar uma maior aproximação com o problema investigado, sem a pretensão de gerar conclusões definitivas, mas sim obter contornos mais bem definidos deste tema ainda pouco explorado no Brasil, a fim de gerar dados para pesquisas futuras.

Optou-se pelo estudo dos *blogs*, por figurarem entre os principais aplicativos que permitem a postagem dos mais diversos tipos de conteúdos pelos seus autores, além de possibilitar um alto grau de interatividade com os seus assinantes e leitores em geral. Tratam-se, por seu próprio conceito, de meios de comunicação alternativos em relação à

mídia tradicional. Ademais, a blogosfera (denominação para a comunidade de *blogs*) tem uma característica forte de ser auto-referida, isto é, os *blogs* em geral contêm *links* para outros *blogs* e comentam sobre postagens de outros *blogs*. Com isso, constituem-se verdadeiras redes vivas. Tais características favoreceram o entendimento de que os *blogs* com conteúdo político teriam o potencial de favorecer o acesso e a participação nas discussões políticas, colocando-os como objeto do presente trabalho.

Para o desenvolvimento da dissertação trabalhar-se-á com a hipótese de que tais experiências digitais alteram o processo de participação tradicional, tendo em vista que criam novos mecanismos de interação entre cidadãos e entre cidadãos e governo e permitem que cidadãos participem politicamente sem mediação das instituições da sociedade civil organizada. A fim de comprovar esta hipótese, são analisados os mecanismos de atuação do conjunto de *blogs* pesquisados tanto de forma global quanto segmentando por tipos de agentes, a saber: *blogs* individuais (autoria individual); *blogs* de grupos não institucionalizados; e *blogs* da sociedade civil organizada.

O Capítulo 2 trata de Participação Política e é dividido em duas partes. A primeira traz considerações gerais e conceitos relativos a participação política, consagrada na Declaração Universal de Direitos Humanos, concluindo que o ativismo digital é uma forma de participação política. A segunda parte aborda a importância da informação e da comunicação no âmbito da discussão sobre participação política. Ressalta-se que não é objetivo do trabalho realizar uma revisão ampla da literatura sobre participação política.

O capítulo seguinte, denominado O Uso Político da Internet, é dividido em duas partes. A primeira parte, sobre comunicação digital e participação política, discorre a respeito das características da comunicação por meio da internet, apresentando uma comparação com os meios de comunicação tradicionais, bem como aspectos positivos e negativos das características apresentadas com relação à participação política. Para isso, é feita uma revisão de literatura sobre ciberdemocracia e participação eletrônica, apresentando argumentos de diversos autores sobre o assunto.

A segunda parte discorre sobre o ativismo digital, definido como o engajamento político praticado na internet com vistas a se alcançar participação nas decisões

políticas. São apresentadas as peculiaridades deste tipo de ativismo, inerentes às plataformas virtuais utilizadas, bem como suas origens e evolução. São expostos, ainda, alguns estudos publicados sobre o assunto, incluindo pesquisas empíricas com foco em determinadas ferramentas da internet.

O Capítulo 4 da dissertação apresenta o estudo sobre *blogs* ativistas que sustenta a pesquisa que ora nos propomos a realizar. Neste capítulo são apresentados o problema e as hipóteses de pesquisa, bem como sua relação com o estudo sobre *blogs*, além de todos os aspectos que estruturam o estudo e os resultados obtidos.

Finalmente, no Capítulo 5 são apresentadas algumas reflexões geradas a partir dos resultados obtidos no estudo apresentado, visando a responder o problema proposto para a presente pesquisa.

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

2.1. Considerações Gerais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou a participação política como um direito a ser universalmente respeitado ao determinar, em seu artigo 21, que “toda pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos”.

Durante a democracia ateniense, apenas uma pequena parcela da população era considerada cidadã e tinha direito de participar das decisões públicas. No entanto, como a esfera política espacial correspondia à cidade-estado e o número de cidadãos era limitado, era viável que a democracia ocorresse a partir da participação direta dos cidadãos. Nas democracias modernas, com o conceito de nação-estado e o progressivo aumento do número de cidadãos (primeiramente incluindo a burguesia a partir do critério econômico para, em seguida, ir progressivamente incluindo a totalidade da população), tornou-se inviável a participação direta e adotou-se a forma representativa.

Com a evolução da representação, passou-se a buscar novas formas de participação que não apenas o voto, a fim de que os cidadãos não precisem esperar a data das eleições para ter ingerência nos negócios públicos. Além do voto, a participação política envolve uma série de práticas, como a conscientização e a organização; pertencer a um partido político; exercer uma função pública; participar em reuniões, movimentos e associações; praticar o exercício da crítica; apoiar um candidato no decorrer da campanha eleitoral; exercer pressão sobre dirigente político, entre outras (BOBBIO, 2010; DALLARI, 1999).

Um exemplo de mecanismo de participação civil é a realização de audiências públicas acerca de temas de relevância para a sociedade. Em tais audiências, após a exposição do tema, abre-se espaço aos participantes para apresentarem suas manifestações a serem consideradas na posterior decisão sobre o assunto, que deve ser fundamentada. No entanto, acredita-se que para que a participação dos cidadãos ocorra satisfatoriamente, é necessário que eles tenham a possibilidade de compreender o que

está sendo discutido, a partir de ações de transparência e de fornecimento de informações de qualidade, além de ter a perspectiva de que seus argumentos serão levados em consideração.

Bobbio define três formas ou níveis de participação política:

A primeira forma, que poderíamos designar com o termo *presença*, é a forma menos intensa e marginal de participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc, situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma, poderíamos designá-la com o termo *ativação*: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. (...) O termo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (BOBBIO, 2010, p. 888).

Para a presente dissertação considerar-se-á o termo participação política no sentido amplo, englobando os três níveis mencionados por Bobbio (2010). Dessa forma, verifica-se que o ativismo digital, definido como o engajamento político praticado na internet, constitui uma forma de participação política, que pode ser enquadrada no nível de ativação.

De acordo com Norris (2001), a participação política dos cidadãos nos negócios públicos ocorre a partir de uma mediação feita por instituições da sociedade civil organizada, a saber: grupos de interesse, novos movimentos sociais, partidos políticos e a mídia. De acordo com a autora, tais instituições trabalham na construção e definição de agendas do Poder Executivo e Legislativo a partir de uma canalização das demandas dos cidadãos, ao mesmo tempo que canalizam informações advindas do governo para os cidadãos.

A partir do esquema de participação política da esfera civil proposta por Norris e com base nos dados apresentados neste trabalho, o problema que se pretende investigar é se a interação digital entre os cidadãos por meio de *blogs* altera de alguma maneira este esquema de participação tradicional, possibilitando que os cidadãos participem

politicamente sem mediação das instituições da sociedade civil organizada. Para tanto, além de analisar a totalidade do conjunto de *blogs* pesquisados, mostra-se essencial comparar os mecanismos de atuação dos *blogs* individuais, dos *blogs* de grupos não institucionalizados e dos *blogs* de organizações da sociedade civil.

2.2. A Importância da Informação e da Comunicação

Aikens (1998), ao fazer uma leitura de Benjamin Constant (1985), defende que o desafio para o mundo contemporâneo é o desenvolvimento de instituições que equilibrem a liberdade dos antigos, definida de acordo com a participação positiva dos homens em assuntos governamentais, com a liberdade dos modernos, representada pela autonomia dos indivíduos para garantir seus interesses em suas vidas privadas sem interferência do Estado. O argumento do autor “é o de que não existem sistemas de formação de opinião pública que possibilitem positiva participação das pessoas no exercício do poder político” (Aikens, 1998, p.43), de modo que ele sustenta a necessidade de democratização real dos sistemas de formação de opinião pública. Nesse sentido, Silva (2001) defende que a participação, elemento essencial para a representatividade do sistema político, pode ser reforçada pela comunicação a partir da adoção de determinadas medidas, que abrangem, dentre outras, a necessidade de se dar voz ao usuário, para que, além mero receptor de informações, ele também possa falar e ser escutado:

A participação é um aspecto essencial da representatividade do sistema político. A falta de participação favorece a manipulação de interesses e permite tanto a “sub” como a sobre-representação de alguns. Para que a participação seja reforçada pela comunicação, é necessário estabelecer redes de distribuição de informação operacionais, em vez de hierárquicas, investir em infraestrutura de comunicação na qual o usuário possa ver e escutar, mas também falar e se fazer escutar, e universalizar a informação confiável, rigorosa e oportuna (SILVA, 2001, p. 284).

A liberdade de informação, que permite a formação da opinião a partir do maior número possível de dados, mostra-se essencial não apenas para formas mais sofisticadas de participação política, mas especialmente para o exercício do voto, que é a forma de participação básica de qualquer regime democrático. Para isso, faz-se necessário lidar

com restrições que possam ser impostas por governos, além dos interesses que controlam os meios de comunicação de massa³. De acordo com Keane:

Se em uma democracia o poder deve estar sujeito ao permanente escrutínio público, então é necessário que os meios de comunicação tenham uma cobertura maior e melhor dirigida para assegurar que as controvérsias sobre o poder secreto sejam contínuas e frequentes; em outras palavras, que não haja zonas dentro dos estados das sociedades civis que estejam permanentemente abafadas no silêncio escuro (KEANE, 2001, p. 25).

De acordo com Ramón (1990), a liberdade de expressão constitui pressuposto prévio da liberdade de informação, que seria simplesmente a forma atual de denominar a liberdade de expressão concretizada nos meios de comunicação social, com um nível mínimo de organização que garanta a efetividade da relação entre o sujeito emissor e possíveis receptores da informação:

La misma relación expresada entre libertad de pensamiento y libertad de expresión es la que se da entre esta libertad y las libertades de prensa y de información. En este caso es la libertad de expresión el presupuesto previo de las otras dos libertades. De la libertad de expresión derivaron en sucesión histórica la libertad de prensa (o de escritos periódicos dirigidos al público en general) y la libertad de información, que es como hoy día se denomina a la libertad de expresión concretada en los medios de comunicación social. La libertad de información presupone a la libertad de expresión, que, en relación con aquélla, se comporta como un presupuesto o como un genus, del que la libertad de información no es sino una especie determinada; en efecto, sin el previo reconocimiento jurídico de la libertad de expresión no es posible defender la libertad de información, que es la misma expresión, dirigida a la opinión pública; y además la libertad de información es una forma de la libertad de expresión, representando una mínima organización para la efectividad de la relación entre sujeto emisor y receptor indiferenciado de la información (RAMON, 1990, p. 107-108).

A informação tem um papel essencial na satisfação das necessidades básicas humanas, especialmente no tocante à liberdade de decisão, conforme sublinha Littlejohn: “quanto mais informação houver numa situação, mais livres estamos para escolher alternativas nessa situação”(LITTLEJOHN, 1982, p. 154). Desde os

³ De acordo com NORRIS (2003), “[m]ultiple sources of information should be available in civic society so that citizens can understand the alternative electoral choices, can evaluate the performance of those in authority, and can predict the consequences of casting their ballot”.

primórdios, para a simples orientação do homem, a informação fez-se extremamente necessária. E será tanto mais necessária quanto mais complexas forem as sociedades e as situações que o homem tiver que enfrentar para a sua sobrevivência. Ocorre que a troca de informações é um fenômeno relacional, inteiramente dependente da relação entre emissor e receptor. Além de seu caráter interpretativo por parte do receptor, não se pode perder de vista a questão de sua disponibilização, que não está diretamente acessível a todos, o que faz com que seu conteúdo dependa também daquilo que o emissor deseja transmitir, dificultando a neutralidade. Sobre essa questão dos fluxos comunicativos, vejamos o que afirma Pereira:

Os fluxos comunicativos que perpassam as esferas públicas devem permitir que os indivíduos que delas façam parte sejam capazes de reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, pautados pelas informações disponíveis. A busca por uma democracia de alta intensidade deve ter também como objeto de análise os enquadramentos cognitivos e as relações que permitam aos indivíduos experimentar a realidade. Sendo assim, torna-se inviável uma democracia mais inclusiva sem a análise dos fluxos que informam os debates que irão ocorrer nas esferas públicas (PEREIRA, 2011, p. 4).

Nesse sentido, destaca-se a importância dos meios de comunicação de massa que, ao transmitirem ao público sua interpretação da realidade, interferem nas identidades individuais e coletivas, influenciando na opinião pública e servindo como meio de pressão no sistema político. Verifica-se, portanto, o poder que os meios de comunicação podem desempenhar para a mobilização política, sendo essencial para tais movimentos conseguir atrair a atenção da mídia, a fim de dar conhecimento de suas causas ao público e convencê-lo da legitimidade das mesmas, bem como para influenciar na esfera de governo. A esse respeito, acrescenta Pereira:

Partindo do pressuposto de que o controle da mídia e da produção simbólica é fundamental tanto para a capacidade de mobilização dos movimentos sociais quanto para influenciar a opinião pública e pressionar o sistema político, os movimentos sociais podem ter duas posturas distintas. A primeira é a de desenvolver repertórios de ação de forma a conseguir a atenção dos meios de comunicação massiva. A segunda é desenvolver os seus próprios meios de comunicação, na busca por definir e enquadrar suas demandas, investir nos potenciais alvos, organizar a ação coletiva e, por último, atrair a atenção dos meios massivos (PEREIRA, 2011, p. 4).

Os meios de comunicação de massa tradicionais são dominados por poucos grupos que representam interesses próprios, o que faz com que as informações disponibilizadas não sejam livres. Dessa forma, ainda que haja relativa liberdade de acesso a tais meios na qualidade de receptor, esta liberdade é totalmente mitigada quando olhamos pela ótica do emissor, que fica preso às pautas definidas e ao conteúdo que está autorizado a transmitir.

Uma comunicação democrática deve ser um processo bidirecional, um diálogo equilibrado que garanta igualdade de oportunidades entre as duas pontas da cadeia, eliminando as diferenças entre emissor e receptor. Nesse sentido, a comunicação democrática deve englobar a liberdade de expressão e de informação associada à interatividade. Conforme afirma Ugarte, “a capacidade para transmitir é uma condição prévia à ação política” (UGARTE, 2008, p. 25). Habermas (2003) defende que a comunicação, processo bidirecional, interativo, é fundamental para a formação da opinião pública, que não é um somatório de opiniões individuais, mas resultado de um amplo debate de ideias, por meio do qual as opiniões individuais relevantes são expostas para um auditório, que por sua vez contesta e é novamente contestado, até se atingir um entendimento racional, o que assegura sua validade e legitimidade. Além disso, para que esse debate seja possível, deve-se garantir que os integrantes do auditório tenham acesso mais ou menos equânime às informações.

Dessa forma, ainda que não se possa atingir o ideal de informação plena para toda a sociedade, até mesmo porque nem todos estão interessados em se informar, a disponibilização de diversas fontes de informação, a partir do que é possível contrapor diferentes pontos de vista sobre os assuntos em pauta, mostra-se fundamental para permitir uma participação política mais consciente e fundamentada.

3. O USO POLÍTICO DA INTERNET

3.1. Comunicação Digital e Participação Política

No capítulo anterior, ao discorrer sobre a importância da informação para a participação política e o papel dos meios de comunicação de massa tradicionais, apresentou-se a crítica sobre a dominação de tais meios por poucos grupos empresários, que possuem seus próprios interesses a perseguir. Este fato tende a prejudicar a liberdade de pauta de informações, bem como pode influenciar o viés dado às notícias, uma vez que as publicações devem seguir os interesses de tais grupos.

Nesse sentido, como a Internet não possui um centro, nem está sujeita a controle estatal ou de grupos empresários, podemos dizer que é relativamente livre⁴ no sentido de que qualquer pessoa que tenha acesso à internet está apta a postar o que quer que seja⁵. Com isso, a rede passa a englobar uma pluralidade de atores, que disponibilizam os mais diversos conteúdos, sem depender da pauta dos meios de comunicação tradicionais. A produção de conteúdo é menos regulada e há grande volume de troca de informações, o que permite que uma diversidade de opiniões seja disponibilizada. Sobre o uso para difundir informações políticas, afirma Castells:

A internet fornece, em princípio, um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de um-para-um quanto de um-para-muitos. Como disse, o uso desse canal por políticos ainda é limitado. Há, contudo, um uso crescente da Internet por jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo tipo como um canal para difundir informação e rumores políticos (CASTELLS, 2004, p. 129).

Tais opiniões poderão ser encontradas por quem as procurar, a partir dos mecanismos de busca online, o que permite que se encontre tanto publicações produzidas por indivíduos independentes quanto por atores institucionalizados na cena política. Isso favorece a disseminação de uma pluralidade de pontos de vista.

⁴ CASTELLS, em seu artigo *Internet, libertad y sociedade: una perspectiva analítica*, trata a concepção e operacionalização libertária da internet. O autor faz um relato histórico da internet e conclui que a Internet necessita da liberdade para exibir seu potencial extraordinário de comunicação e criatividade (CASTELLS, 2003).

⁵ Ressalta-se aqui que não se está defendendo que a internet é um ambiente livre e isento de regulação.

Esse espaço para o debate e interação que a internet pode proporcionar torna-se cada vez mais importante para contrapor ao discurso apresentado pela mídia tradicional, tendo em vista que constitui um canal de largo alcance para a discussão de ideias, permitindo que movimentos sociais e políticos transmitam seus discursos e defendam seus pontos de vista, podendo apresentar ao público, inclusive, questões nunca apresentadas nos meios de comunicação tradicionais. Nesse sentido, já contabilizamos alguns episódios de fenômenos que surgiram na internet e, devido a sua repercussão, se tornaram pauta de veículos da mídia tradicional. Tais fatos sugerem a capacidade do meio digital em alterar as relações de poder midiáticas já instituídas e sedimentadas, o que pode ser usado pelos movimentos sociais e políticos que não conseguem espaço na mídia tradicional.

A título de ilustração, no campo do ativismo político um exemplo interessante que podemos citar foi a atuação do grupo Avaaz⁶ no Projeto de Lei Ficha Limpa. Com o recolhimento de mais de dois milhões de assinaturas para uma petição *online* que exigia a votação da matéria pelo Congresso, bem como o envio de mensagens e telefonemas para parlamentares e a encenação de um teatro de rua, a atuação do grupo também ganhou destaque na imprensa, tornando-se pauta dos principais jornais televisivos do país.

Com a possibilidade de acesso à internet, cidadãos engajados passam a ter mais opções na obtenção de informações políticas pela web, incluindo opiniões totalmente independentes fornecidas por particulares ou atores marginalizados pela mídia e pela cena política institucionalizada, não se limitando ao conteúdo provido pelos meios de comunicação de massa. Tais cidadãos podem, inclusive, publicar eles mesmos seus

⁶ A organização não governamental Avaaz.org, constitui uma rede de ativistas para mobilização social global por meio da Internet, fundada em 2007 a partir da união de um grupo de advocacia global da sociedade civil e um grupo de ativismo *online* dos Estados Unidos. A sede da entidade é Nova Iorque e tem atuação em diversas partes do mundo em assuntos relacionados a direitos humanos, questões climáticas, pobreza, paz e conflitos no Oriente Médio, dentre outros. O Avaaz tem como mecanismos de atuação a divulgação de petições *online* para assinatura dos internautas, o financiamento de campanhas a partir de doações recebidas, envio de *emails* e telefonemas para governos e a organização de protestos nas ruas, contando com apoio de voluntários que integram a equipe e divulgam a rede em quatorze línguas (cf. site da organização, disponível em <www.avaaz.org/po>).

pontos de vista para outros internautas dialogarem com eles e, a partir da discussão, construir sua opinião⁷.

Com relação a arenas de debate, um ponto que merece destaque é que no ambiente de rede as noções de tempo e espaço são desconstruídas, favorecendo a participação daqueles que, tendo acesso à internet e desejando participar dos debates, muitas vezes se limitavam por questões de disponibilidade de tempo ou distância. Dessa forma, pessoas em diferentes países, em diferentes fuso-horários, com as mais diversas disponibilidades de tempo podem se engajar nas discussões, protegidas pelo anonimato. Tais fatos fazem da rede um importante espaço para o debate e a interação.

Do ponto de vista tecnológico, houve uma grande ampliação da possibilidade de interação pela Internet com o desenvolvimento da Web 2.0, termo adotado pela primeira vez em 2004 pela empresa O'Reilly Media e pela MediaLive International, que o utilizou para designar uma segunda geração de atividades e de serviços que utilizam a web como plataforma. Tais serviços permitem aos usuários que controlem seus próprios dados, que participem dos conteúdos disponibilizados, não sendo apenas receptores de informação, mas também emissores, favorecendo a interação. Um dos principais aplicativos da Web 2.0 são os *blogs*, que surgiram como páginas pessoais em formato de diário e que constituem verdadeiras redes vivas, onde o usuário-assinante é notificado toda vez que haja alterações, que não ocorrem somente na página em si, mas nos *links* relacionados a elas, gerando um crescente dinamismo e pontes entre diversos *blogs* e comunidades. De acordo com O'Reilly:

Se uma parte essencial da *Web 2.0* é tirar partido da inteligência coletiva, transformando a *web* em uma espécie de cérebro global, a blogosfera equivale a um constante bate-papo mental que tem lugar na parte frontal do cérebro, a voz que todos ouvimos em nossas cabeças. Pode não refletir a estrutura mais profunda do cérebro – frequentemente inconsciente – mas equivale ao pensamento consciente. E, como reflexo do pensamento consciente e da atenção, a blogosfera começou a exercer um poderoso efeito.

⁷ De acordo com ARAYA (2003) as TICs não podem ser vistas apenas como recursos para melhorar a informação e os serviços públicos dos cidadãos, mas como forma de empoderamento e desenvolvimento humano, de modo que os cidadãos não devem ser meros receptores de informações e funcionalidades, mas devem atuar ativamente na gestão e controle de novas tecnologias, como emissores, produtores e desenvolvedores, tanto em forma individual como coletiva (ARAYA, 2003, p. 294-295).

Em primeiro lugar, pelo fato das ferramentas de busca usarem estrutura de *links* para predizer páginas importantes, os blogueiros – como os mais produtivos e atualizados usuários de *links* – exercem um papel desproporcional nos resultados dos mecanismos de busca. Em segundo lugar, o fato da comunidade de *blogs* ser tão auto-referida – com blogueiros focalizando a atenção em outros blogueiros – aumenta sua visibilidade e poder. (O'REILLY, 2006).

A estrutura dos *blogs* parece favorecer de alguma maneira esse acesso à pauta de discussões, na medida em que permite aos usuários estabelecer a hierarquia dos fatos que entendem relevantes, que não fica mais presa à figura tradicional do editor dos meios de comunicação de massa tradicionais.

Uma visão otimista da internet e suas tecnologias digitais a indica como uma das principais ferramentas para superar a “crise da democracia”⁸. A Internet, por constituir um canal de comunicação de duas vias, intensificaria a troca de informações, mobilizaria cidadãos com interesses comuns e poderia fortalecer e enriquecer as conexões entre cidadãos e as organizações da sociedade civil, representando uma nova esfera pública (NORRIS, 2001). Posições pessimistas, por outro lado, defendem que as esperanças democráticas da geração da internet falharam em se estabelecer, uma vez que os atores tradicionais reafirmaram sua predominância no mundo virtual, reproduzindo sua política tradicional na Web (NORRIS, 2001).

Saco (2002) analisa como é possível associar a democracia ateniense, marcada por espaço e presença física, com o ciberespaço, caracterizado por corpos digitais. A autora demonstra que o espaço público formado na internet muitas vezes reproduz as assimetrias de poder existentes fora dele, apesar da crença de que a internet é livre, não discriminatória, de acesso universal. Somado a isso, a autora alerta para o potencial da internet de aumentar o controle repressivo sobre as pessoas, na medida em que as ações na rede estão constantemente sujeitas ao rastreamento pelas autoridades. Por outro lado,

⁸ Cunhou-se a expressão *crise da democracia* entre aspas porque não se acredita que está ocorrendo, de fato, uma crise da democracia. Cada vez mais vemos medidas de transparência do governo e iniciativas para incrementar a participação dos cidadãos. O que está ocorrendo é um clamor crescente por oportunidades de participação política e é nesse sentido que se fala na “crise da democracia” (GOMES, 2007). Nas palavras de Pippa Norris, “*While a broad ‘crisis of democracy’ has proved exaggerated, nevertheless indicators suggest increasing numbers of ‘critical citizens’ characterized by high expectations of democracy as an ideal and yet low evaluations of the actual performance of representative institutions*” (NORRIS, 2003). De qualquer forma, tal assunto específico não é objeto do presente trabalho.

ela também demonstra o quão longe o ciberespaço já chegou, a partir da ação de seus usuários, como um espaço de exploração e experimentação, abrindo caminho para uma análise crítica acerca do papel do corpo físico na comunicação de nossas necessidades e identidades. A autora conclui que o ciberespaço constitui uma nova forma de espaço público⁹ que permite interações e práticas específicas de suas próprias leis, mas não reproduz os espaços e corpos físicos: apenas os suplementa e talvez os modifique. E, na medida em que abriga o potencial tanto emancipatório quanto repressivo, deve-se adotar uma postura de empreendedores quanto à emancipação e vigilantes para evitar aumentar a repressão e desigualdades existentes.

Nesse sentido, Silveira (2009) defende a importância da manutenção da possibilidade de anonimato na rede como forma de resistência às possibilidades de repressão e controle e manutenção da liberdade de produzir conteúdos e acessá-los nas redes cibernéticas. Além disso, ressalta a peculiaridade da Internet não ter centros ou sedes, tampouco estar sujeita ao controle estatal ou de determinada empresa, o que a torna mais livre:

Em um processo de comunicação sob controle completo dos Estados ou de firmas seria muito mais fácil conter tecnologias que colocassem em risco negócios bilionários ou interesses poderosos. Até o advento da comunicação distribuída em redes digitais, o capital teve maior poder sobre a comunicação. (...) De modo distinto, na comunicação em rede, nem mesmo as poderosas operadoras de telefonia puderam evitar que a disseminação da “voz sobre IP” (VoIP) retirasse seus rendimentos (SILVEIRA, 2009, p. 104).

Davis e Owen (1998) acrescentam que a má-distribuição de acesso à Internet e recursos tecnológicos faz com que debates políticos tenham abrangência apenas entre as elites financeiras e intelectuais, aumentando as assimetrias de acesso à informação e ao debate e aumentando a marginalização dos que não participam e dos menos abastados. A esse respeito, vale destacar o que argumenta Silveira:

⁹ Sobre o papel da internet na criação de microesferas pública a partir de um enfoque de democracia deliberativa, verificar o artigo *Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica* (ROTHBERG, 2008), no qual o autor analisa o uso das novas tecnologias no processo de definição e avaliação de políticas públicas. Para isso, é feita uma revisão bibliográfica das teorias que sustentam as pesquisas sobre o assunto e um relato de estudos recentes no Brasil e na União Européia. Nessa dissertação não apresentaremos maiores detalhes sobre este trabalho, uma vez que o enfoque dado é a partir de ferramentas de participação criadas pelo governo, enquanto nessa dissertação o foco é em canais criados pela própria sociedade.

Nas sociedades modernas, o acesso às tecnologias de reprodução de informações em larga escala era uma condição democrática. Na sociedade da informação, a defesa da inclusão digital é fundamental não somente por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas por razões político-sociais, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação. Comunicar na sociedade pós-moderna é poder interagir nas redes de informação. (...) O direito de acesso passa a viabilizar também o direito de fiscalizar, cobrar e propor medidas aos poderes públicos. Pode até viabilizar o direito de votar pela rede. Democracia na sociedade da informação deve incluir a democratização do acesso, que pode viabilizar a democracia eletrônica (SILVEIRA, 2001, p. 30-31).

Nos últimos anos, com a mobilização ocorrida por meio da internet, verificou-se o seu potencial para desafiar regimes totalitários, pois seu controle é mais difícil que na mídia tradicional. Há estudos que sugerem que a internet facilita a coalizão de redes, ligando novos movimentos sociais, grupos de interesse e ONGs. A liberdade de informação na internet também contribuiria para realizar direitos humanos. Tais dados indicam que a Internet pode contribuir para a democracia, na medida em que expande as oportunidades de participação política, mesmo que independentemente das hipóteses de democracia direta a partir no voto eletrônico, pois fortaleceria as instituições da democracia representativa e da sociedade civil pelo mundo (NORRIS, 2001).

A hipótese de participação apresentada por Norris (2001) é a de que a Internet serve para informar, organizar e engajar os grupos marginalizados pelo sistema político existente, como jovens, moradores de periferias e minorias, e reforçar a participação daqueles que já utilizam os canais tradicionais, a partir dos custos reduzidos de participação e comunicação, listas de discussão e *chats*. Segundo Gomes (2007), esta posição de Norris (2001) é totalmente influenciada pelo seu viés elitista democrático, segundo o qual o grande papel da internet em prol da democracia seria de “nutrir e reforçar as instituições essenciais do governo representativo e da sociedade civil, que neste momento histórico estão, de fato, precisando de reforço” (GOMES, 2007, p.7). Desse modo, no lugar de criar novos mecanismos de participação política a partir de um redesenho das instituições políticas, Gomes (2007) defende que o foco do trabalho de Norris estaria em melhorar os mecanismos de informação, transparência e *accountability* para legitimar o desenho institucional existente. No entanto, de acordo com Gomes (2005), é necessário que o sistema político seja permeável aos produtos dos

debates suportados pela rede, para que estes influenciem nas decisões políticas, e que haja uma cultura de participação para que o potencial participativo da rede seja aproveitado. Para possibilitar esta permeabilidade, argumenta-se que seriam necessárias alterações institucionais favoráveis.

Tolbert e Mcneal (2003), em artigo sobre participação política e internet a partir da utilização de métodos quantitativos, definem oito ações principais de participação política que consideram em sua pesquisa: entrar em contato com autoridades políticas; participar de comício; assinar uma petição; votar; falar com outras pessoas sobre candidatos ou partidos; trabalhar para um partido ou candidato; contribuir financeiramente com candidatos ou partidos ou grupos de internet; usar adesivos ou broches. A partir destas oito ações, traçam um modelo de regressão para estudar o impacto da internet no comportamento político. Seus achados sugerem que a Internet encoraja cidadãos a demandar por informação política de forma mais conveniente e barata do que na mídia tradicional o que, por sua vez, estimula a participação. De acordo com os testes realizados na pesquisa, o acesso a internet e a notícias *online* sobre eleições aumentou a probabilidade de voto em 12% e 7,5%, respectivamente, nas eleições presidenciais americanas do ano 2000. O potencial de mobilização da internet neste ano também foi associado a uma maior participação além do voto, nas oito ações de participação consideradas, indicando que a tecnologia pode impactar positivamente o voto e a participação política americana.

Gomes (2005b), em artigo sobre internet e participação política, se propõe a analisar se a internet constitui um ambiente de comunicação apto a elevar os níveis de participação política da esfera civil. Para isso, traça um diagnóstico detalhado sobre o problema da participação política e apresenta uma revisão da literatura que responsabiliza os meios de comunicação de massa por não instruírem os cidadãos de modo eficiente para garantir esta participação. Em seguida, discorre sobre os argumentos a respeito do papel da internet como viabilizadora de um incremento nos índices de participação, tanto os negativos quanto os positivos, para apresentar a seguinte conclusão:

O que dizer de tudo isso? Recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. Recursos tecnológicos são

instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças. A internet não frustrou expectativas de participação política porque tampouco poderia formular promessas de transformação da democracia. É um ambiente, um meio que, como ainda é claro para todos, está pleno de possibilidades, desde que as sociedades consigam dela retirar tudo o que de vantajoso à democracia pode oferecer (Hamlett, 2003). E aparentemente a sociedade civil e o Estado não têm ainda conseguido explorar plenamente as possibilidades favoráveis à democracia que a internet contém (GOMES, 2005b, p. 28).

Finalmente, o autor defende que a polarização simplória entre meios de comunicação de massa e internet não faz sentido, uma vez que o ambiente da internet muito provavelmente irá, em breve, incluir os meios de comunicação de massa, de modo que o que se deve empreender não é uma discussão sobre qual das duas plataformas é mais apta a promover uma participação adequada da esfera civil, mas buscar mecanismos que favoreçam o aperfeiçoamento de ambas.

A partir desta revisão de literatura, adota-se para a presente dissertação uma posição cautelosa, intermediária das posições otimistas e pessimistas ora apresentadas. Porque, ao mesmo tempo em que se reconhece o potencial informativo e comunicativo das novas tecnologias, que podem estabelecer um importante contraponto aos pontos de vista apresentados pela mídia tradicional e favorecer um aumento no debate político, também percebe-se que os atores da mídia tradicional e os grupos políticos hegemônicos são os que apresentam atuação mais relevante na internet. A internet, dessa forma, termina por ser um espelho do mundo presencial, reproduzindo suas assimetrias, suas possibilidades de exclusão, mas também gerando novas potencialidades de participação e troca de informações. Nesse sentido, Saco (2002) conclui genialmente ao afirmar o potencial tanto emancipatório quanto repressivo da internet, o que requer empreendedorismo para emancipação e vigilância para a repressão. Dessa maneira, conforme argumenta Gomes (2005), tão importantes quanto as possibilidades democráticas que a internet oferece é a permeabilidade que o sistema político vai apresentar aos produtos dos debates suportados pela rede, o que pode ser desenvolvido em um estudo futuro.

Para esta dissertação, o foco será na análise de como a sociedade está se utilizando dessas potencialidades, a partir do exame dos mecanismos de atuação dos

blogs pelos diferentes tipos levantados, a saber: autores individuais, grupos não institucionalizados e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, um dos principais referenciais teóricos adotados é Norris (2001), que concentra sua análise de participação em como a internet pode ser utilizada para a sociedade para aumentar o engajamento, a informação e a *accountability*.

3.2. Ativismo Digital

O ativismo digital, ou ciberativismo, é o engajamento político praticado na internet, com vistas a se alcançar participação nas decisões políticas. De acordo com Rigitano:

A partir da incorporação da Internet, os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line (RIGITANO, 2003, p. 3).

A rapidez da internet, aliada à possibilidade do usuário comum se tornar provedor de informações, em contraponto à verticalidade dos meios de comunicação de massa tradicionais, faz desse canal um importante meio de articulação a baixo custo, cabendo manifestações de diversas naturezas e sem limitações de fronteiras geográficas. Os próprios movimentos sociais podem postar informações sobre suas ações, sem necessidade de mediação pela mídia tradicional.

Dessa forma, a Internet constitui um canal de interlocução direto com a sociedade, sendo muito mais ágil, abrangente e de custo muito mais baixo se comparado à montagem de rádio comunitárias, à publicação de jornais impressos independentes ou à divulgação de vídeos publicitários na televisão. Por tais razões, observa-se a prática do ativismo digital tanto por parte de movimentos políticos organizados por entidades já existentes no mundo presencial, como por parte de novos movimentos exclusivamente *online* e, ainda, o ativismo efêmero, algumas vezes realizado por um único indivíduo

em prol de causas convencionais ou não (MARQUES, 2004). Nesse sentido, Moraes discorre sobre o uso das ferramentas da Internet por organizações não-governamentais, assinalando seu caráter complementar em relação às ferramentas e eventos presenciais:

A Internet oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *online*, murais, anéis de *sites* e árvores de *links*. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos. (...) O veículo convencional continua válido e necessário; o que se pretende é ampliar a circulação junto a entidades correlatas do mundo inteiro, a custo baixo – algo impensável em qualquer outro veículo, pelas despesas astronômicas (MORAES, 2001).

Uma das primeiras manifestações do ciberativismo ocorreu no México, em 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN difundiu suas ideias por meio de *sites* da Internet e *e-mails* e, em 1996, disponibilizou na internet seu próprio *site* contendo informações sobre as causas defendidas por eles.

O EZLN surgiu como um grupo armado, em 1983, da união de grupos políticos urbanos de orientação cubano-marxista com comunidades indígenas camponesas do Estado de Chiapas, na região da Selva Lacandona (ORTIZ, 2006). Em 1º de janeiro de 1994, promoveram a invasão de sete cidades de Chiapas por 4.500 índios como forma de demandar pelos direitos básicos para sobrevivência, além de eleições honestas, manifestando que o que ocorria com eles também ocorria, em diferentes graus, em todo mundo em virtude de práticas neoliberais. Na época, as ferramentas da internet se limitavam a *e-mails*, fóruns de discussão e alguns *sites* e a causa zapatista logo se espalhou na rede, tanto por comunicados oficiais que eles próprios encaminhavam à imprensa, como por *e-mails* de simpatizantes e ONGs, que reencaminhavam, ou *sites* de terceiros que divulgavam o movimento. O *site* do movimento¹⁰ somente foi criado em 1996 (PIMENTA e RIVELLO, 2008). O EZLN serviu de inspiração para muitas ações posteriores por meio da rede.

Em 2001, logo após o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, Moraes publicou o artigo *O Ativismo Digital*, por meio do qual relatou que este Fórum Social

¹⁰ www.ezln.org

Mundial consagrou a utilização cada vez maior da internet pelas organizações não-governamentais e entidades civis na divulgação de suas reivindicações e no desenvolvimento de espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania.

A Internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias. No ciberespaço, as ONGs credenciam-se a produzir manifestações em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estarem presas a um lugar ou tempo em particular. (...) A cada nó, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações, em condições de serem consumidas a todo instante (MORAES, 2001).

De acordo com o autor, não se pode imaginar que a internet será o milagre que faltava para resolver todas as demandas dos movimentos sociais, até mesmo em virtude do caráter heterogêneo de tais movimentos. No entanto, reitera a grande potencialidade criativa e interativa das tecnologias multimídias, assinalando como desafios o desenvolvimento de estratégias de comunicação que aproveitem plenamente essa potencialidade, a inclusão digital e um maior preparo tecnológico dos ciberativistas (MORAES, 2001).

Embora a discussão sobre inclusão digital não seja objeto da presente pesquisa, é importante ressaltar que a quantidade de usuários de internet evoluiu bastante nos últimos anos. Conforme dados do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC.br¹¹, o percentual da população brasileira considerada usuária de internet¹² aumentou de 24,41% em 2005 para 45% em 2011¹³.

¹¹ O CETIC.br é departamento do NIC.br, criado em 2005, responsável pela coordenação e publicação de pesquisas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no país. O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br (<http://www.nic.br/>) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet – CGI.br no Brasil. O Comitê Gestor da Internet no Brasil coordena e integra todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados.

¹² Considera-se usuário aquele que utilizou a Internet há menos de 3 meses em relação ao momento da entrevista.

¹³ O CETIC.br foi criado em 2005, de modo que são os dados mais antigos disponíveis no momento para avaliar a evolução do número de usuários, tendo em vista a utilização da mesma metodologia. Para acessar os dados de uso da internet no ano de 2005: < <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2005/rel-int-04.htm>>. Para acessar os dados de uso de internet no ano de 2011: < <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-int-02.htm>>.

No entanto, ainda corresponde a um número muito baixo, se considerarmos que mais da metade da população não acessa a internet e que 47% da população nunca acessou.

Pereira (2011), em artigo apresentado no IV Encontro da Compolítica, organizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, analisa as relações entre os movimentos sociais e os diferentes atores sociais através das novas TICs. Para isso, o autor aborda como a internet atua na criação e aperfeiçoamento de repertórios de ação dos movimentos sociais contemporâneos, por meio do desenvolvimento de novos processos constitutivos, organizativos e de mobilização. Nesse sentido, Pereira entende que o ativismo político online “transcende a partilha de espaços decisórios e está centrado na luta pela possibilidade de construção e definição dos significados através de discursos públicos” (PEREIRA, 2011, p. 2).

Em seguida, o autor explora a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação de massa tradicionais através das novas tecnologias, bem como as formas de mobilização digital desenvolvidas entre as organizações e os militantes internautas ocasionais, entre as organizações e suas bases e entre elas próprias (PEREIRA, 2011). Após a análise, Pereira (2011) conclui que o desenvolvimento de novos repertórios de ação (boletins eletrônicos, denúncias, abaixo-assinados, cooptação de novos membros, entre outros) através da utilização da internet permitiu que se abrissem novas possibilidades de organização, difusão e mobilização para os movimentos sociais contemporâneos. Identificou uma articulação entre as novas e velhas tecnologias e repertórios de ação e que as ações na internet dificilmente irão substituir as ações presenciais, prevalecendo a tese de articulação entre ações *online* e presenciais.

Com relação ao processo de mobilização de participantes, simpatizantes e suas bases, a internet ocupa papel fundamental na operacionalização das comunicações (e-mails, boletins e listas de discussão), conferindo maior agilidade (“aceleração da política”). No entanto, os custos de não participação quando da convocação apenas online são também mais baixos. Além disso, as bases de tais organizações, por serem muitas vezes comunidades pobres, não tem acesso à tecnologia (PEREIRA, 2011).

Os partidos políticos também têm se utilizado da internet para sua comunicação partidária, com o objetivo de conquistar novos afiliados e eleitores, além de manter sua

base. A partir do potencial mais interativo da internet, eles buscam estabelecer um diálogo com os eleitores, que deixam de ser receptores meramente passivos e podem se engajar mais fortemente no jogo político. Além disso, disponibilizam conteúdo sobre suas ações, campanhas, candidatos, vídeos, entre outros, o que possibilita que partidos políticos menores, com menor condição financeira, façam sua divulgação para os eleitores, uma vez que os custos são menores.

Norris (2003b) desenvolveu um estudo sobre como os partidos políticos europeus usam e se apropriam da internet no novo cenário emergente da Sociedade da Informação. A partir dessa análise, a autora conclui que o mundo virtual permite maior pluralismo para a competição entre partidos, uma vez que amplia a quantidade de informação sobre partidos pequenos e marginais, e que os partidos atuam tanto de forma *top-down* (por meio de mecanismo de informação), como *bottom-up* (por meio de mecanismos de interação).

Quanto aos padrões de acesso de usuários, a autora verificou que apenas uma pequena porcentagem da população usa a internet e, destes, apenas outra pequena acessa *websites*. Além disso, os *sites* de política são particularmente populares entre os jovens, mais educados e de classes sociais mais altas. A partir de tais dados, concluiu que a utilização da internet por partidos políticos serve mais para reforçar o engajamento político do que aumentar a participação, pois quem acessa tais *sites* geralmente já é politicamente ativo (NORRIS, 2003b).

Vegh (2003) classificou o ativismo digital em três categorias dinâmicas, não excludentes entre si, de acordo com o tipo de iniciativa, os atores e a forma de organização. A primeira categoria proposta versa sobre conscientização e apoio, sensibilizando o público a partir de fontes alternativas de informação. A segunda categoria envolve organização e mobilização a partir da internet para ações específicas, podendo ser ações presenciais, ações *online* (envio de *e-mails*, por exemplo), ou ambas. A terceira categoria é o ativismo *hacker*, que abrange ações diretas por meio da internet deixando *sites* fora do ar, criando *sites* falsos ou invadindo *sites* para divulgar informações confidenciais, dentre outras formas de ação.

Quanto à utilização de diversas plataformas da web pelas campanhas ativistas, temos como exemplo: a divulgação de *banners*, informativos e eventos em redes sociais, como Facebook e Orkut; postagens em *blogs* e *microbloggings* (Twitter); a divulgação de petições *online*; a publicação de vídeos no Youtube ou outras plataformas de vídeo. Um ponto interessante a ser mencionado é que tais plataformas interagem entre si, de modo que, geralmente, as campanhas são integradas entre elas. Como exemplo, podemos citar um vídeo do Youtube que é divulgado em uma postagem de *blog* que, por sua vez, é divulgada a partir de links no Facebook e no Twitter.

Duarte (2011), em artigo sobre ativismo político na internet, analisa o fenômeno dos movimentos sociais atuais e a transnacionalidade da atuação desses atores, o que é ilustrado pelo estudo de caso dos mecanismos de atuação do Avaaz. Para isso, ele parte de uma definição de Norris (2002) acerca de três fatores de definem o ativismo político, para defender que mudanças nos padrões do ativismo são caracterizadas por mudanças nesses fatores. São eles: as organizações que definem o ativismo; os mecanismos de atuação utilizados; e os alvos das ações (atores políticos). Duarte (2011) afirma:

Pensando no contexto de internet e movimentos sociais, se anteriormente as agências se constituíam de movimentos sociais institucionalizados, com demandas locais ou, no máximo nacionais e uma rígida hierarquia organizacional, atualmente, temos o surgimento de organizações coletivas de caráter transnacional, que recorrem a política de conflitos, com uma visão contra-institucional e com um hierarquia organizacional “frouxa”. Em se tratando de repertórios de ação, as novas tecnologias de comunicação fornecem uma série de novas possibilidades, desde mensagens de pressão via correio eletrônico até organização conjunta de manifestações com movimentos de outro país. Por último os alvos que nos movimentos de caráter transnacional incluem atores políticos internacionais como blocos econômicos multinacionais e instituições estrangeiras (DUARTE, 2011, p. 7).

No âmbito do estudo de caso sobre o Avaaz, para analisar os mecanismos de participação oferecidos pela entidade, Duarte (2011) se propôs a investigar a presença de 18 parâmetros de participação, cada uma delas enquadrada em uma das três categorias participativas definidas por ele, a saber: comunicação, participação/mobilização e deliberação.

A categoria de comunicação foi criada para abranger parâmetros de informação, transparência e *accountability*, e não parâmetros de diálogo. Dessa forma, foram enquadradas nesta categoria os seguintes parâmetros: *podcasts*; informação sobre coordenadores/dirigentes; informações atualizadas sobre manifestações; agenda de manifestações futuras; *newsletter*; prestação de contas; acesso ao acervo de ações/vídeos e convergência de mídias. Dentre estas, o Avaaz não fornece apenas *podcasts* e agenda de manifestações futuras.

A categoria de participação/mobilização abrangeu os seguintes parâmetros: acessibilidade para portadores de necessidades especiais; enquete sobre temas em discussão; *blogs* das manifestações em tempo real; abaixo-assinados *online*; filiação *online*; contribuição financeira *online*; alguma possibilidade de interação com o alvo das ações; e convocação para ações. Registrou-se a ausência dos três primeiros parâmetros representativos desta categoria.

A categoria deliberação contou apenas com dois parâmetros: espaço para publicação de comentários; e fóruns ou *chats*. Dentre essas, somente é disponibilizada a primeira. No entanto, a presença deste parâmetro não pode ser considerado um espaço deliberativo, uma vez que não publica os comentários de qualquer pessoa que deseje comentar, mas apenas comentários pré-selecionados pela entidade sobre determinados assuntos.

Quanto às estratégias de mídia, Duarte (2011) verificou que existe tanto a disponibilização de informações pelo próprio Avaaz, em seu *site* e por *newsletter*, quanto a divulgação pela entidade das notícias positivas sobre ela em meios de comunicação tradicionais, como forma de legitimar suas ações.

Outro estudo de caso interessante foi o estudo empírico sobre petições para o Parlamento Alemão (LINDER e RIEHM, 2011). Em 2005, o Parlamento Federal Alemão (Deutscher Bundestag) iniciou um projeto piloto de petição eletrônica com a duração de 2 anos. A ferramenta possibilitava os cidadãos a submeter, publicar, assinar e discutir petições por meio da internet. Tal sistema incluiu a obrigação legal para o Comitê de Petições da Bundestag de realizar reuniões públicas com peticionários que conseguissem pelo menos 50 mil assinaturas em suas causas. Com a aprovação ampla

do público e a avaliação positiva do piloto, em 2007 o sistema de petição eletrônica se tornou um serviço regular.

A partir de tal histórico, o artigo relata uma parte de uma pesquisa realizada em 2007 com 571 peticionários tradicionais e 350 peticionários da internet. Ao contrário do que muitos imaginavam, o número de petições submetidas não aumentou significativamente após 2005, com a introdução do sistema de petição eletrônica. No entanto, em 2009 houve um impressionante aumento do número de pessoas que assinaram petições: quase 2 milhões contra 575 mil do ano anterior (LINDER e RIEHM, 2011). Os dados também sugerem a crescente aceitação e popularidade desta nova forma de apresentar petições, pois o percentual de petições *online* aumentou de 17,2% em 2006 para 35,7% em 2009, dentre outros dados (LINDER e RIEHM, 2011).

Uma das conclusões apresentadas pelo trabalho foi que esse sistema de petições, além de dar maior visibilidade ao peticionamento como forma de participação política, melhorou a publicidade, a transparência e a discursividade. O sucesso, no entanto, teve um grau bastante limitado quanto a atrair segmentos da sociedade pouco representados (LINDER e RIEHM, 2011). Verificou-se, ainda, que os peticionários *online* são mais jovens, mas continuam predominantemente homens com nível de educação acima da média, mais engajados que a população em geral. Em geral, participa quem já participava, o que indica que é preciso desenvolver campanhas para setores pouco representados. De modo geral, o sistema pode ser encarado como uma história de sucesso, pois aumentou o número de petições e de submissões com mais de 50 mil assinaturas (LINDER e RIEHM, 2011).

Em estudo sobre o comportamento via Twitter dos três principais candidatos à Presidência da República no Brasil nas eleições de 2010, Bachini Pereira concluiu o seguinte:

O caráter imediatista do *Twitter* e de aproximação com o eleitor foram muito bem utilizados, no entanto não propiciaram um amplo debate político: o aplicativo foi mais usado para noticiar e divulgar a campanha do que para debater o programa político dos candidatos, o que segundo os coordenadores de campanha ocorreu mais na blogosfera através das plataformas colaborativas de programa de governo e da militância digital voluntária, sendo este último um

comportamento que ainda ocorre em menor escala no *Twitter* (BACHINI PEREIRA, 2011, p. 20).

Especificamente sobre *blogs*, um estudo que merece ser comentado é o de Nahon et alli (2011), que analisa a dinâmica da informação viral¹⁴ na blogosfera, a partir da classificação dos *blogs* em quatro tipos e da observação do momento em que tais *blogs* postam vídeos virais da eleição presidencial americana de 2008.

Os *blogs* foram classificados em *blogs* de elite, *top-political*, *top-general* e *tail blogs*. Os *blogs* de elite (apenas dois) foram assim classificados por possuírem um percentual muito superior de vídeos do conjunto de vídeos selecionados para a pesquisa em comparação com os demais *blogs*, além de serem reconhecidos no meio acadêmico como *blogs* políticos influentes e receberem alto número de visitantes diários, se diferenciando dos demais. Os *blogs top-political* foram assim delimitados por estarem citados em uma importante publicação americana sobre o tema, que define *blogs* de autoridade. Dessa forma, dos 50 *blogs* integrantes do David Karpf's Blogosphere Authority Index (BAI) como top-conservadores e top-liberais da semana de 8 de agosto de 2008, foram selecionados aqueles que continham links para os vídeos escolhidos, sendo retirados os dois de elite, totalizando 39 *blogs*. A lista de *blogs top-general* foi definida por todos os *blogs* do conjunto de dados que não se enquadraram nas categorias anteriores e tiveram mais de 250 mil visitantes. Finalmente, os *tail blogs* correspondem a todos os demais *blogs* que apresentaram links para os vídeos selecionados e não foram incluídos nas demais categorias, representando *blogs* de usuários sem alta autoridade (NAHON et alli, 2011).

Sobre os *blogs* de elite, a evidência é que eles postam os vídeos quando estes se tornam virais e não há evidências que postam em outros momentos. Os *blogs top-general* postam no dia do auge dos vídeos e no dia seguinte, mostrando que definem a pauta, mas também são guiados pela viralidade. No entanto, não publicam após esse período, demonstrando que se abstêm de notícias velhas. Quanto aos *blogs top-políticos*, as evidências são de que eles respondem aos vídeos virais, postando no dia seguinte à viralidade. Ou seja, são seguidores. Finalmente, o grupo dos *tail blogs* são os

¹⁴ “Nós definimos viralidade o processo que dá a qualquer item de informação a exposição máxima, em relação ao público potencial, por uma curta duração a partir de vários nós” (NAHON et alli, 2011, p. 1).

últimos que postam os vídeos, demonstrando que estão seguindo todos os demais (NAHON et alli, 2011).

O foco da presente dissertação é o estudo do ativismo digital e demais formas de participação política utilizando *blogs* como plataforma. Dessa forma, no capítulo a seguir apresentaremos dados de pesquisa empírica realizada a partir da observação de *blogs* ativistas. Cumpre esclarecer que, para a construção e análise do modelo adotado para a referida pesquisa empírica, foram utilizados os conceitos e categorias dos estudos teóricos e empíricos apresentados neste capítulo, especialmente no que tange à prática do ativismo digital por organizações da sociedade civil (MORAES, 2001; NORRIS, 2003B; PEREIRA, 2011) e por cidadãos em geral (RIGITANO, 2003; MARQUES, 2004), à classificação do ativismo digital e ao estabelecimento de parâmetros de participação e ativismo (DUARTE, 2011; TOLBERT e MCNEAL, 2003; VEGH, 2003) e à metodologia adotadas em pesquisas empíricas (DUARTE, 2001; LINDER e RIEHM, 2011; NAHON et elli, 2001).

4. ESTUDO SOBRE *BLOGS* ATIVISTAS

O problema de pesquisa que se pretende investigar é se a interação digital entre cidadãos e entre cidadãos e governo no exercício político virtual altera as formas de participação política.

O modelo de participação política da esfera civil utilizado como *status quo* é o modelo proposto por NORRIS (2001), apresentado no Capítulo 1, segundo o qual a sociedade civil organizada, por meio de grupos de interesse e novos movimentos sociais, partidos políticos e a mídia, faz uma intermediação entre os cidadãos e o Estado, atuando como canalizadora de suas principais demandas, a fim de gerar *outputs* no sistema político.

Para o desenvolvimento da dissertação, trabalhou-se com a hipótese de que as experiências de ativismo digital por meio dos *blogs* alteram o processo de participação tradicional, tendo em vista que criam novos mecanismos de interação entre cidadãos e entre cidadãos e governo e permitem que cidadãos participem politicamente sem mediação das instituições da sociedade civil organizada. A partir de tais premissas e com o objetivo de responder o problema de pesquisa determinado, foi feito um levantamento de *blogs* e alguns *sites* com conteúdo de contestação política, que definimos como *blogs* ativistas, cuja autoria é de membros da sociedade civil. Ou seja, foram excluídos do universo da pesquisa os *blogs* de autoria de qualquer órgão dos Três Poderes ou aqueles que não apresentam conteúdo de contestação ou militância política.

A fim de delimitar o conteúdo da pesquisa, definiu-se dois universos para pesquisa de *blogs*, que doravante denominaremos temáticas: meio ambiente e “*blogs* do Barão”. O grupo temático “*blogs* do Barão” é, na realidade, integrado por *blogs* com variadas temáticas, listados no *site* do Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”¹⁵, que têm como ponto comum a militância pela democratização da comunicação. O Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé” é uma entidade que luta pela democratização da comunicação, visando a conquistar maior pluralidade e diversidade informativa e cultural no país. Para isso, reúne os movimentos

¹⁵ Disponível em < <http://www.baraodeitarare.org.br/blogs-por-estado>>. Acesso em 01.abr.2012.

sociais, ativistas da comunicação, blogueiros, twitteiros, a imprensa popular, comunitária e sindical, constituindo um movimento em prol do direito humano à comunicação¹⁶.

Os *blogs* ativistas listados neste site são, em grande parte, de autoria de blogueiros independentes, cidadãos buscando participar politicamente sem a necessidade de intermediação da mídia ou de grupos da sociedade civil organizada. Trata-se, portanto, de um grupo cuja grande parte dos indivíduos integrantes tem atuação genuinamente digital, pois sua atuação surgiu na internet, de modo que se considerou que a inclusão desse grupo é extremamente representativa para a pesquisa que ora se pretende realizar.

Por outro lado, o tema meio ambiente foi definido para a pesquisa uma vez que constitui uma das principais pautas de grupos ativistas surgidos a partir da década de 1970. Como exemplo, podemos citar a criação da organização ambientalista Greenpeace em 1971. Dessa forma, a militância pelo meio ambiente se constitui em um movimento institucionalizado por um grande número de organizações da sociedade civil que atuam presencialmente, de modo que se julgou representativo verificar como esse movimento se manifesta por meio de *blogs*. Pretende-se, com isso, analisar se esta atuação é significativa na Internet, se configura, assim como no esquema de participação política tradicional formulado por Norris, uma atuação coletiva representativa dos cidadãos (organizações da sociedade civil e grupos não institucionalizados) e se são incluídos novos repertórios de ação.

Com relação à abrangência espacial, buscou-se limitar a pesquisa a *blogs* nacionais, preferencialmente aqueles que possuem temática de interesse nacional, e não meramente local. Não houve limitação temporal.

Quanto à forma de coleta de dados, os *blogs* ambientalistas foram encontrados primeiramente a partir de uma pesquisa no buscador Google até a terceira página de resultados e os demais a partir de *links* presentes nos *blogs* que foram sendo encontrados, tendo em vista o caráter autorreferente dessas ferramentas. Quanto ao

¹⁶ Fonte: <<http://www.baraodeitarare.org.br>>. Acesso em 01.abr.2012.

grupo integrado por *blogs* listados no *site* do Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”, foram coletados todos os *blogs* enquadrados no conceito de *blogs* ativistas, por ter conteúdo de contestação política e ser de autoria de membro da sociedade civil¹⁷. Dessa forma, a pesquisa envolve um total de 176 *blogs*, sendo 79 *blogs* sobre a causa ambiental e 97 *blogs* do Barão.

A partir das experiências relatadas nos estudos supramencionados, considerou-se ser necessário para responder o problema da pesquisa buscar, em cada *blog*, além dos dados básicos que os caracterizam, parâmetros representativos de ativismo político. Nesse sentido, foram criadas três categorias de parâmetros: caracterização, informação e mobilização/participação.

A categoria “caracterização” se destina a caracterizar os *blogs* estudados no momento em que eles foram visitados. Portanto, para esta categoria foram definidos os seguintes parâmetros: nome do *blog*, endereço eletrônico do *blog*, data da visita, tema, objetivo do *blog*, identidade, característica e data de nascimento. O parâmetro denominado “característica” se destina a indicar se o *blog* é individual (de ativista independente), de grupo não institucionalizado, organizações da sociedade civil, partido político ou se não consta esta informação.

Para a categoria “informação” foram eleitos parâmetros representativos do potencial informativo do *blog* e dos mecanismos de informação de que ele se utiliza, a saber: periodicidade das atualizações, divulgação de informações, vídeos e presença em outras redes. “Periodicidade das atualizações” foi enquadrada nesta categoria porque demonstra a qualidade da informação produzida pelo *blog*, uma vez que, quanto mais atualizado, maior seu potencial informativo. “Presença em outras redes”, por sua vez, pertence ao rol de parâmetros informativos, porque aumenta a visibilidade e, conseqüentemente, o potencial informativo dos *blogs*.

Finalmente, a categoria mobilização/participação abarcou os seguintes parâmetros de pesquisa: projetos em andamento; arrecadação; loja virtual; incitação ao ativismo; petição *online*; discussões; promoção de eventos educativos; ações políticas

¹⁷ Foram excluídos da pesquisa os *blogs* do governo e aqueles que não apresentam conteúdo de contestação ou militância política.

junto aos Três Poderes; compartilhamento em outras redes e vinculação com outros atores. “Arrecadação” e “loja virtual” foram abarcadas por entender-se que a obtenção e a doação de verbas para uma causa política configuram importante forma de engajamento. O estímulo ao exercício do ativismo pelos seus usuários também caracteriza ferramenta de mobilização, assim como o parâmetro “Petição”, que é uma forma de incitação ao ativismo *online*.

Quanto à existência de fóruns de discussão ou *chats*, entende-se que são facilidades que vão além da mera informação, pois permitem a interação e até mesmo a formação conjunta de opinião, ou seja, a construção de uma opinião crítica. Por esse mesmo motivo a promoção de eventos educativos foi enquadrada na categoria mobilização/participação.

No que se refere ao parâmetro “compartilhamento”, considera-se que possui um caráter diferente da “presença em outras redes”, uma vez que possibilita que os leitores do *blog* façam a divulgação de seu conteúdo, o que caracteriza uma forma de ativismo.

Ressalta-se que para a definição de tais categorias bem como de seus parâmetros representativos buscou-se fundamentação em Vegh (2003), que classifica o ativismo digital em três categorias dinâmicas e não excludentes entre si, a saber: conscientização e apoio; organização e mobilização; e ativismo hacker, sendo que esta última não é abordada na pesquisa por fugir ao escopo da pesquisa de *blogs*. Buscou-se, ainda, inspiração nas pesquisas empíricas de Tolbert e Mcneal (2003), que definem oito parâmetros de participação, sendo que desta não foram utilizadas apenas “votar” e “usar adesivos e broches”, por fugirem ao escopo do trabalho; e também na pesquisa de Duarte (2011), que define 18 parâmetros de participação, que enquadra em três categorias, conforme já descrito acima.

A partir disso, para cada *blog* encontrado no processo de levantamento de dados buscou-se responder a um questionário, cujas perguntas corresponderão aos parâmetros posteriormente utilizados para a classificação dos dados. Dessa forma, para cada *blog* buscou-se o seguinte:

1. Nome do *blog*;

2. Endereço eletrônico;
3. Data da visita do *blog* para a pesquisa¹⁸;
4. Temática do *blog*, que pode ser meio ambiente *blogs* do Barão;
5. Objetivo ou demanda do *blog*;
6. Projetos relatados;
7. Identidade: texto que identifica o *blog*;
8. Característica do *blog*, que pode ser individual, grupo não institucionalizado, organizações da sociedade civil ou partido político;
9. Data de nascimento do *blog*;
10. Periodicidade da atualização;
11. Arrecadação: se o *blog* divulga meio de obter arrecadação;
12. Loja virtual: se o *blog* possui loja virtual;
13. Ativismo: se o *blog* incita a ação ativista *online* ou presencial;
14. Petição: se o *blog* possui *hotlink* específico para petições *online* ou para campanhas em geral que leve em até dois *links* para assinar a petição;
15. Divulgação: se há divulgação de informações, notícias ou estudos sobre o tema;
16. Discussão: se há fóruns de discussão ou *chats* ou mesmo espaço para comentários após as postagens;
17. Vídeos: se há divulgação de vídeos sobre o tema;
18. Eventos educativos: se o *blog* promove eventos educativos;
19. Ações políticas: se o *blog* desenvolve ações políticas junto a algum dos Três Poderes;
20. Compartilhamento: se possuem interface para compartilhamento dos seus conteúdos em outras redes pelos usuários;
21. Presença em outras redes;
22. Vinculação com outros atores.

Conforme explicitado, cada item citado acima corresponde a um parâmetro de pesquisa. Para o parâmetro tema, adotou-se como respostas possíveis as duas opções já relatadas acima: meio ambiente e *blogs* do Barão.

¹⁸ Parâmetro inserido para aferir a data em que as informações colhidas eram verdadeiras.

Para o parâmetro periodicidade de atualização, as opções de resposta foram “até semanal”, “maior que semanal até mensal”, “maior que mensal”, “não está sendo atualizado” e “sem informação”.

Sobre a divulgação de meios de obter arrecadação, as respostas possíveis foram “sim”, “somente arrecada de pessoa física” e “não divulga ou não arrecada”. Foi inserida a opção “somente arrecada de pessoa física”, uma vez que algumas entidades, grupos ou indivíduos, a fim de manter a independência em suas ações, não aceitam doações de governo nem pessoa jurídica.

Quanto à incitação de ativismo, as opções de resposta são: “incita ações *online* e presencial”; “incita ação presencial apenas” “incita a ação *online* apenas”; e “não incita o ativismo”.

Quanto ao parâmetro “Petição”, adotou-se como critério para analisar esse item a existência de *hotlink* específico para petições *online* ou para campanhas em geral que leve em até dois *links* para assinar a petição. Tal critério se justifica pela necessidade de que a assinatura da petição seja algo facilitado pelo *blog*, ou seja, bem visível aos usuários.

Para os parâmetros “nome”, “endereço eletrônico”, “objetivos”, “projetos”, “autoria” e “identidade”, as respostas inseridas correspondem a textos livres. Para os demais, as respostas possíveis equivalem a “sim” ou “não”.

Sobre os parâmetros “compartilhamento em outras redes” e “presença em outras redes”, as respostas possíveis são:

1. Facebook;
2. Twitter;
3. Google+;
4. Orkut;
5. LinkedIn;
6. Facebook e Twitter;
7. Facebook, Twitter e Google+;

8. Facebook, Twitter, Google+ e (LinkedIn e/ou Orkut);
9. Facebook e Orkut;
10. Facebook e Google+;
11. Facebook, Twitter e (LinkedIn e/ou Orkut);
12. Twitter e Orkut;
13. Não.

Finalmente, quanto à vinculação com outros atores, a respostas possíveis foram as seguintes:

1. Setores da iniciativa privada;
2. Grupo não institucionalizado;
3. Organizações da sociedade civil;
4. Partido Político;
5. Grupos de Interesse;
6. Governo;
7. Grupo não institucionalizado e organizações da sociedade civil;
8. Pelo menos três categorias anteriores;
9. Setor privado e organizações da sociedade civil;
10. Não possui vínculo ou não há informação a respeito.

Para tratamento dos parâmetros cuja resposta foi preenchida com textos livres, o método utilizado foi a contagem da frequência em que cada palavra foi empregada. Para isso foi utilizado um *software* experimental da IBM denominado *Many Eyes*¹⁹. Uma das funcionalidades deste *software* denomina-se *Tag Cloud* e se destina justamente a gerar a visualização da frequência das palavras, possibilitando identificar com que frequência cada palavra é utilizada num dado texto. O tamanho com que a palavra aparece na figura está associado à sua frequência.

Desse modo, após inserir no referido programa o texto de todos os *blogs* referentes ao parâmetro “nome”, foi apresentada a seguinte *tag cloud*:

¹⁹ *Software* experimental de uso gratuito disponível em <<http://www-958.ibm.com/software/data/cognos/manyeyes/>>.



Figura 1 – *Tag Cloud* do parâmetro “Nome”

Conforme se depreende da observação das frequências das palavras integrantes do parâmetro “nome”, há uma repetição muito grande da palavra *blog*, que é empregada 33 vezes. As demais palavras repetidas têm ligação com as temáticas escolhidas, como é o caso de “ambiente”, “ambiental”, “*greenpeace*” (pois há o *blog* da própria entidade e 8 *blogs* de suas associações de voluntários, que faz com que a palavra “voluntários” também tenha destaque), verde, ecologia, sustentável, dentre outras. E, por fim, algumas palavras que aparecem com maior frequência, tem correlação com as atividades dos autores dos *blogs*, como é o caso de movimento e instituto, dentre outras.

Ao analisar as frequências de duas palavras, o resultado saiu bastante homogêneo, com praticamente todos os conjuntos de duas palavras aparecendo apenas uma vez, com exceção de: voluntários *greenpeace*, que apareceu oito vezes, conforme já explicado acima; e educação ambiental e mundo sustentável, que apareceram duas vezes.

O mesmo mecanismo foi empregado para tratar o parâmetros “objetivo”. De um total de 543 palavras, foram exibidas somente 200, que é o limite de palavras. A palavra mais repetida nos objetivos dos *blogs* foi “divulgar”, mencionada 101 vezes, o que nos permite inferir que constitui o principal objetivo do conjunto de *blogs* pesquisados. Corroborando com esta inferência, outras palavras muito divulgadas foram: “informações”, mencionada 44 vezes; “notícias”, com 47 ocorrências; “apresentar”, mencionada 51 vezes; “informar”, que aparece em 10 ocasiões; “divulgação”, mencionada sete vezes; “ideias”, mencionada nove vezes; e “difundir”, mencionada quatro vezes.

A segunda palavra mais mencionada é “política”, que tem 76 ocorrências e guarda relação com o tema dos *blogs*, assim como “políticas” (6 vezes), “direitos” (38 vezes); “sustentabilidade” (26 vezes); e “preservação” (oito vezes).



Figura 2 – Tag Cloud do parâmetro “Objetivo”

A discussão de temas, que traz consigo uma noção mais interativa do que meramente informar, também parece ser um importante objetivo dos *blogs* pesquisados, pois este vocábulo aparece em 31 ocorrências, sendo que o vocábulo “debater” é mencionado 12 vezes, “opiniões” 56 vezes e “polêmicos” 53 vezes. Entendemos que a discussão é uma importante ferramenta de participação.

A preocupação dos *blogs* com a mobilização também fica clara na quantidade de ocorrência de termos como “promover” (7 vezes); “ações” (12 vezes); “educação” (11 vezes); “defesa” (4 vezes); “luta” (12 vezes); e mobilização (3 vezes). As palavras “democracia”, “participação”, “engajar”, “engajado” e “ativistas” foram mencionadas apenas uma vez, enquanto “democratização foi mencionada duas vezes”.

Ao analisar as frequências por cada duas palavras, as impressões obtidas acima foram confirmadas, uma vez que obtivemos as seguintes expressões que se destacaram pela quantidade ocorrências: “apresentar opiniões” (49 vezes, sendo que a expressão “divulgar opiniões” foi mencionada cinco vezes); “temas variados” (49 vezes); “divulgar notícias” (43 vezes); “divulgar informações” (38 vezes); “discutir temas” (29 vezes); e “educação ambiental” (oito vezes).

Com o objetivo de mapear manualmente as comunalidades dos objetivos dos *blogs*, quando da elaboração da pesquisa foi criada uma lista de palavras-chave com 19 expressões e 29 palavras no total. A partir dessa lista, foram incluídas na tabela base do levantamento de dados, ao lado dos objetivos, as palavras-chave que melhor os retratavam. É interessante observar o que demonstra a *tag cloud* com as palavras-chave dos objetivos:



Figura 3 – *Tag Cloud* das palavras-chave dos objetivos dos *blogs*

A partir do resultado obtido, fica claro que a principal preocupação dos *blogs* pesquisados é com a informação, uma vez que a palavra “informar” é mencionada 170 vezes. Excetuando as palavras-chave relacionadas a temas, a segunda palavra mais mencionada é “debater”, com 89 ocorrências, seguida de mobilização, com 32 ocorrências. Ressalta-se que a palavra mobilizar foi mencionada quatro vezes.

Quanto ao parâmetro “Identidade”, criado para incluir os textos de identificam os *blogs*, verificou-se, primeiramente, que do total de 176 *blogs* pesquisados, 66 não divulgam qualquer texto que os identifique. Ademais, da observação da *tag cloud* com os textos que identificam os *blogs*, observou-se que as palavras utilizadas para identificar os *blogs* são muito mais voltadas para a temática do que para seus mecanismos.



Figura 4 – *Tag Cloud* da Identidade dos *blogs*

Para o tratamento dos demais parâmetros, utilizou-se o *software* estatístico SPSS bem como o Excel. Assim, no que se refere ao parâmetro “característica”, do total de *blogs* estudados, 66,5% são individuais, enquanto 19,3% pertencem a grupos não institucionalizados, 14,2% pertencem a organizações da sociedade civil, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 1 - Característica dos *blogs*

	Frequência	Percentual
Individual	117	66,5
grupo não institucionalizado	34	19,3
organizações da sociedade civil	25	14,2
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

A Figura abaixo retrata a representatividade de cada característica no conjunto total de *blogs* pesquisados:

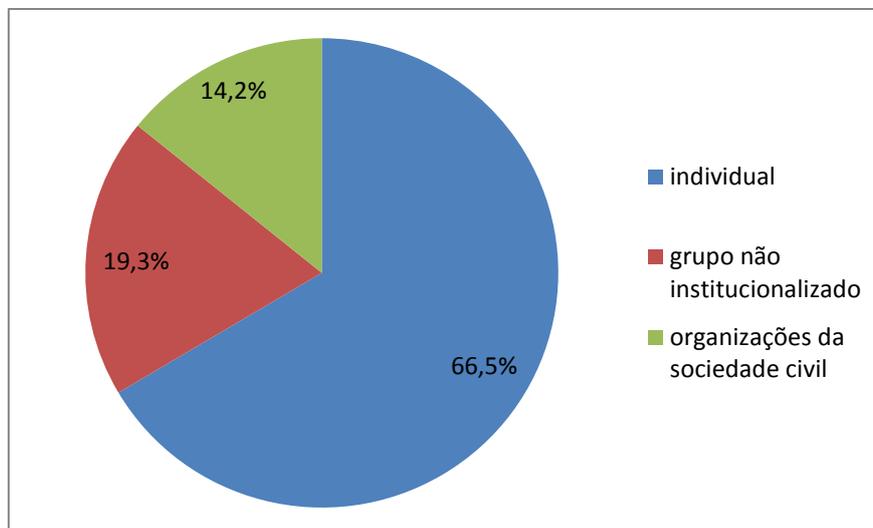


Figura 5 – Características dos *blogs*

Não há *blogs* de autoria direta de partidos políticos, embora alguns tenham vinculação com tais entidades, em virtude da filiação de seus autores, conforme será apresentado mais adiante.

Analisando a distribuição das características dos *blogs* em relação à temática, obtém-se o seguinte quadro, que traz os números absolutos de quantos *blogs* se enquadram em cada uma das características:

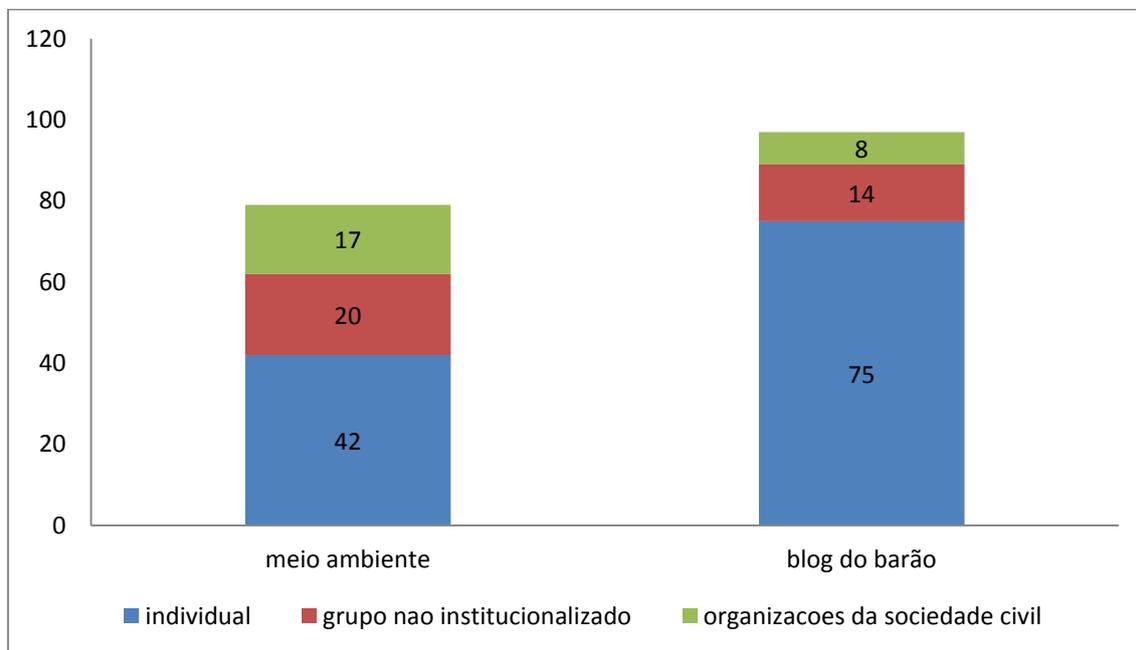


Figura 6 – Distribuição das características dos *blogs* com relação às temáticas

Conforme se observa da Figura 6, os *blogs* individuais são predominantes em ambas as temáticas. No entanto, os *blogs* ambientais possuem percentuais muito maiores de *blogs* coletivos, que totalizam 46,84% do seu total (37 *blogs* de um total de 79 *blogs* ambientais), sendo 21,52% de organizações da sociedade civil e 25,3% de grupos não institucionalizados. Dessa forma, 53,16% dos *blogs* ambientais são individuais.

Ao visualizarmos somente os *blogs* do Barão, no entanto, esse resultado é bastante diferente, pois 77,32% do total são individuais e apenas 22,68% são coletivos, sendo que somente 8,25% são de organizações da sociedade civil.

Ademais, oito *blogs*, o que equivale a 4,5% do total de 176 *blogs*, não divulga a data de sua criação; os demais foram criados entre março de 2000 e fevereiro de 2012. A figura a seguir ilustra a distribuição das datas de criação dos *blogs*, indicando que,

para os blogs pesquisados, esse quantitativo aumentou bastante entre janeiro de 2008 e janeiro de 2011:

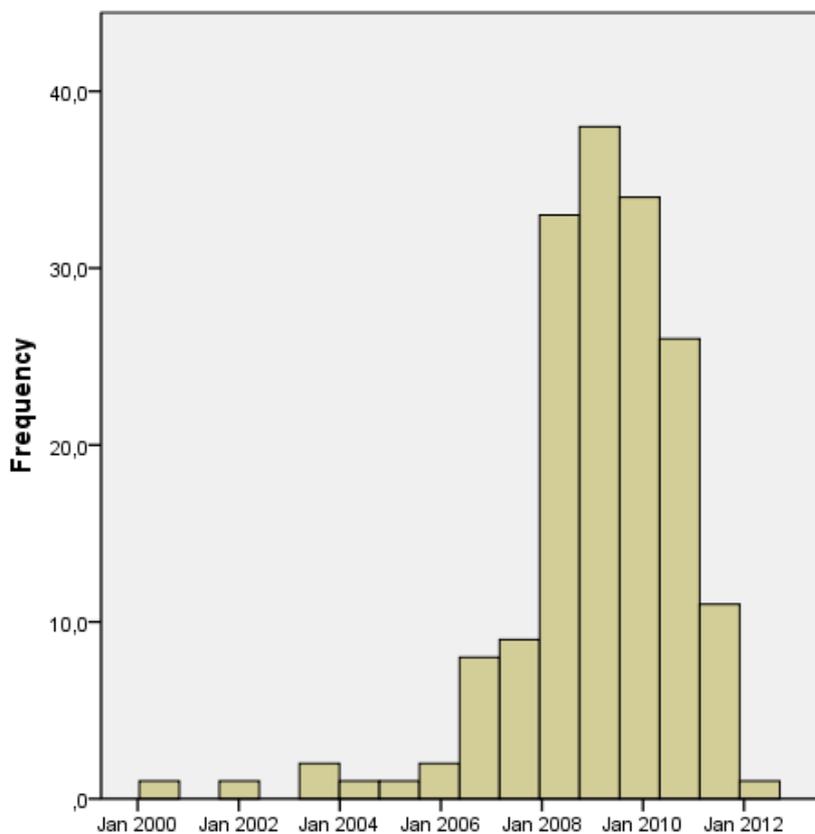


Figura 7 – Data de criação dos *blogs*

Além disso, para sete *blogs* não foi possível obter a periodicidade das atualizações, o que corresponde a 4% do total. No entanto, de acordo com levantamento feito, 43,2% dos *blogs* pesquisados têm atualizações bastante frequentes, com periodicidade até semanal:

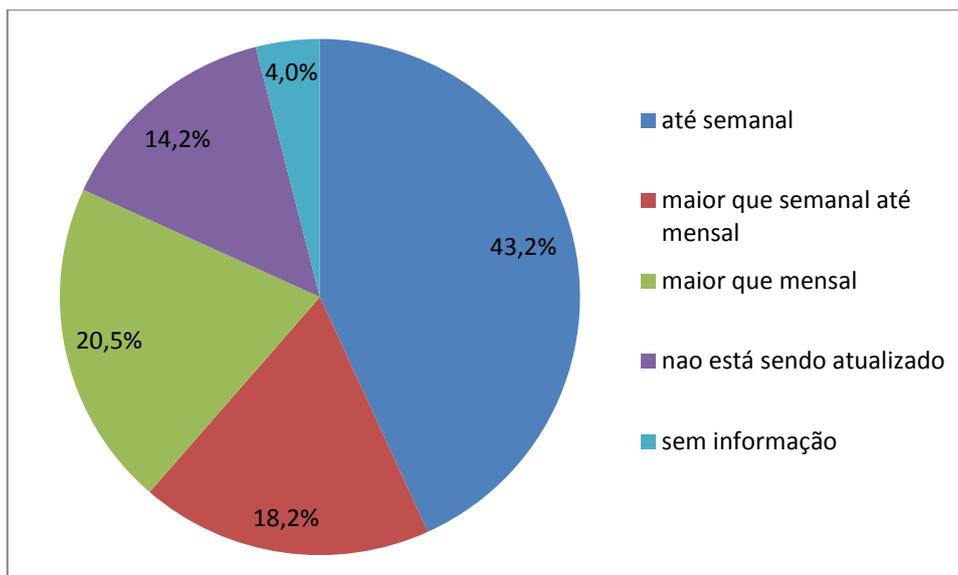


Figura 8 – Periodicidade das atualizações dos *blogs*

Os *blogs* mais atualizados pertencem ao grupo de *blogs* listados pelo Centro de Estudos Barão de Itararé, em que 51,5% são atualizados no máximo semanalmente. No caso dos *blogs* ambientais, este percentual cai para 31,5%. Além disso, apenas um *blog* do Barão não disponibiliza a periodicidade de suas atualizações, que é o próprio *blog* do Centro de Estudos Barão de Itararé. Os outros seis *blogs* que não divulgam são *blogs* ambientais. Ademais, todos os sete *blogs* que não divulgam sua periodicidade de atualização têm natureza coletiva, ou de grupos não institucionalizados (dois *blogs*) ou de organizações da sociedade civil (cinco *blogs*).

Ao analisar a periodicidade das atualizações em função da característica dos *blogs*, obtém-se a seguinte Figura:

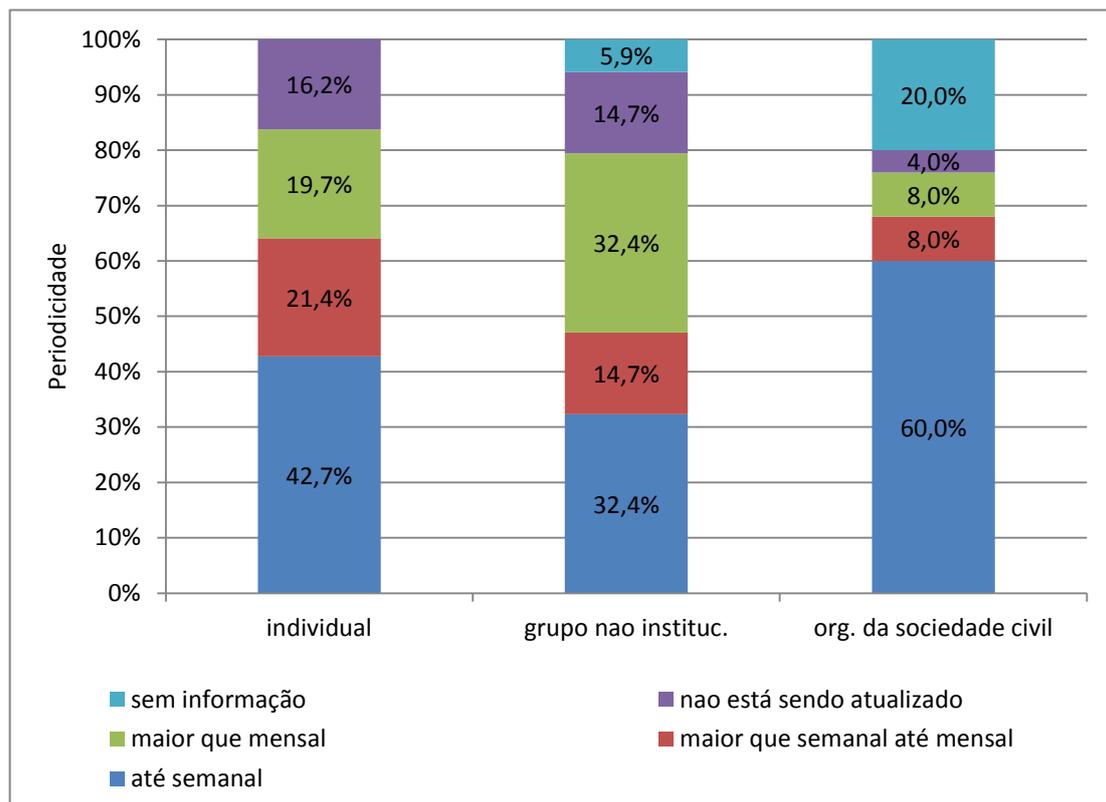


Figura 9 – Periodicidade das atualizações para cada característica de blog

Da análise da figura acima, depreende-se que os *blogs* de organizações da sociedade civil são os mais atualizados, uma vez que 60% são atualizados no máximo semanalmente e apenas 4% não estão sendo atualizados. Embora 42,7% dos *blogs* individuais tenham atualizações semanais, 16,2% não estão sendo atualizado, o que demonstra um alto índice de abandono dos *blogs* por parte de seus autores. No caso de grupos não institucionalizados, este percentual cai para 14,7%, mas ainda representa um percentual significativo, sugerindo que a institucionalização é um fator que influencia na continuidade das atividades dos *blogs*.

Para o parâmetro “projetos”, dos 176 *blogs*, 155 não divulgaram ou não possuem projetos realizados ou em andamento, o que corresponde a 88,1% dos *blogs*. Dos 21 *blogs* que divulgam seus projetos, a grande maioria é constituída por *blogs* de característica de organizações da sociedade civil (12 *blogs*), todos da temática ambiental. Os outros nove *blogs* que divulgam projetos são de característica de grupos não institucionalizados (cinco *blogs*, sendo três sobre meio ambiente e dois da lista do Barão de Itararé); e individuais (quatro *blogs*, sendo dois da lista do Barão de Itararé, dois sobre meio ambiente).

No que concerne à divulgação de formas de arrecadação, 88,6% dos *blogs* (156 *blogs*) não divulga esta informação ou não arrecada, enquanto 8,5% (15 *blogs*) aceita contribuições de qualquer pessoa e 2,8% (cinco *blogs*) arrecada apenas de pessoa física:

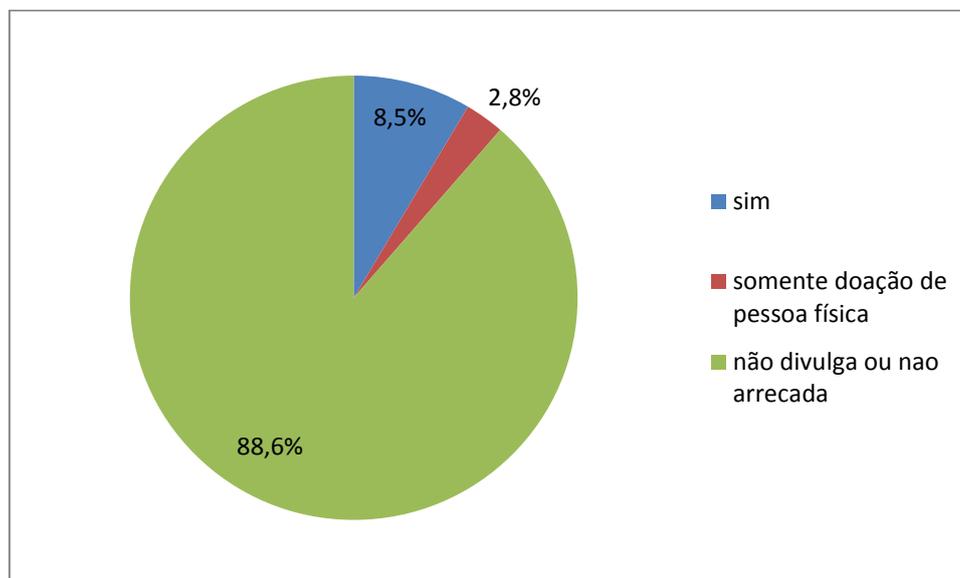


Figura 10 – Divulgação no blog de formas de arrecadação de verbas

Quanto aos 15 *blogs* que divulgam formas de arrecadação de qualquer pessoa, apenas quatro são *blogs* do Barão, o que representa 4,1% do total do total de *blogs* do Barão. Os outros 11 que pertencem ao grupo ambiental representam 13,9% do total de *blogs* ambientalistas. Quanto aos cinco *blogs* que aceitam arrecadação apenas de pessoas físicas, para garantir a independência na atuação, apenas um é *blog* do Barão.

Com relação à característica, dos 15 *blogs* que divulgam forma de arrecadação de verbas de qualquer pessoa, 11 são de organizações da sociedade civil. Isso significa que 44% dos *blogs* de organizações da sociedade civil divulgam formas de arrecadação de qualquer pessoa. Se considerarmos que dos cinco *blogs* que arrecadam apenas de pessoa física, dois são de organizações da sociedade civil, temos que 52% dos *blogs* de organizações da sociedade civil divulgam alguma forma de arrecadação de verbas pela internet. Tal percentual apresenta bastante discrepância com relação ao percentual total ilustrado na Figura 10.

Com relação aos demais grupos de características, apenas 8,8% dos *blogs* de grupos não institucionalizados divulgam alguma forma de arrecadação de verbas, enquanto, para os *blogs* individuais esse número diminui para 3,4%.

A Figura 11 apresenta a distribuição da divulgação de arrecadação de verbas por característica de *blogs* em termos percentuais, sendo que o número absoluto de *blogs* é divulgado no centro de cada barra:

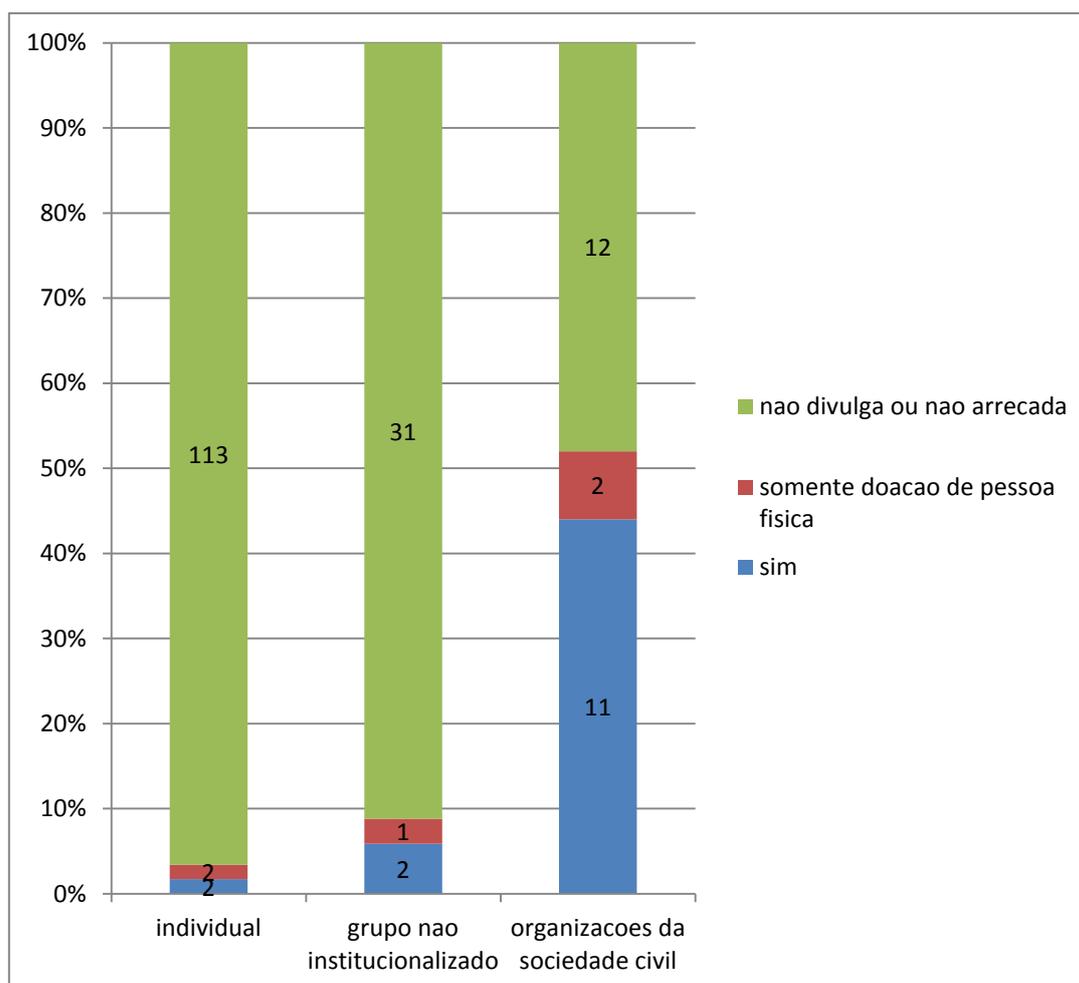


Figura 11 – Distribuição da divulgação de arrecadação de verbas por característica de blogs

Dessa forma, observa-se que a atividade de arrecadação para militância em causas políticas é mais empregada por organizações da sociedade civil que, até mesmo pelo seu objeto social, já são mantidas por doações e pelos seus associados ou afiliados.

Quanto à existência de loja virtual, apenas quatro *blogs* utilizam deste instrumento de arrecadação, todos integrantes da temática ambiental, sendo que, deste total, três são organizações da sociedade civil e um é *blog* individual.

Tabela 2 - Disponibilização de loja virtual para venda de produtos

	Frequência	Percentual
sim	4	2,3
não	172	97,7
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

Um dado bastante interessante é aquele que indica que praticamente metade dos *blogs* pesquisados não incita diretamente qualquer forma de ativismo por parte de seus usuários. No entanto, sobre a parcela que incita, a maior parte foca em ambas as formas ao mesmo tempo, como ações complementares. Dessa forma, em que pese 43,8% dos *blogs* não incitar o ativismo por parte de seus usuários, 37,5% estimula que seus leitores se mobilizem politicamente tanto de forma presencial quanto *online*. Apenas 8,5% estimula apenas a mobilização *online*, enquanto 10,2% incita o ativismo apenas presencial.

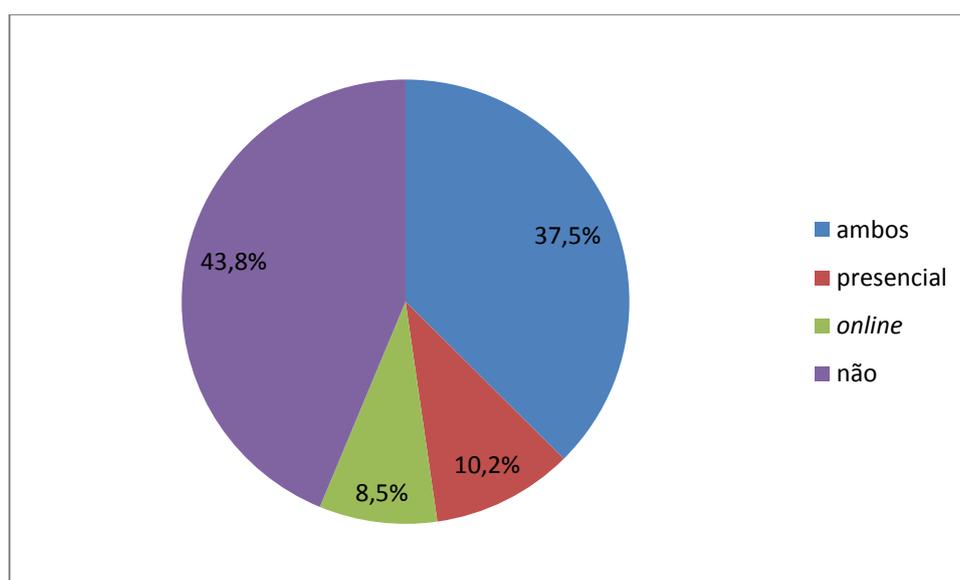


Figura 12 – Estímulo ao ativismo online e presencial

Analisando cada temática individualmente, essa distribuição é bastante compatível com a média geral, com pequenas variações, exceto por dois pontos: apenas 4,1% dos *blogs* do Barão estimula o ativismo apenas presencial, enquanto para o meio ambiente 17,7% dos *blogs* adotam esta opção; no entanto, 12,4% dos *blogs* do Barão estimulam o ativismo apenas *online*, número que cai para 3,8% ao analisarmos somente os *blogs* ambientais.

Ao analisar cada grupo de característica de *blogs*, no entanto, é possível identificar diferenças entre eles. Os grupos coletivos estimulam mais o ativismo de um modo geral do que os *blogs* individuais, em que 51,3% não estimulam qualquer forma de ativismo por parte de seus usuários. Para as organizações da sociedade civil, este percentual é de 32%, enquanto para os grupos não institucionalizados este número é de 26,5%. As organizações da sociedade civil são as que mais privilegiam ambas as formas, estimuladas por 52% dos seus *blogs*, seguidas pelos grupos não institucionalizados (41,2%) e depois dos *blogs* individuais (33,3%). Os grupos não institucionalizados são mais atuantes que os demais no estímulo ao ativismo apenas presencial, enquanto no estímulo ao ativismo apenas *online* os três grupos de características são bastante similares. A Figura 13 traz esses dados para melhor visualização:

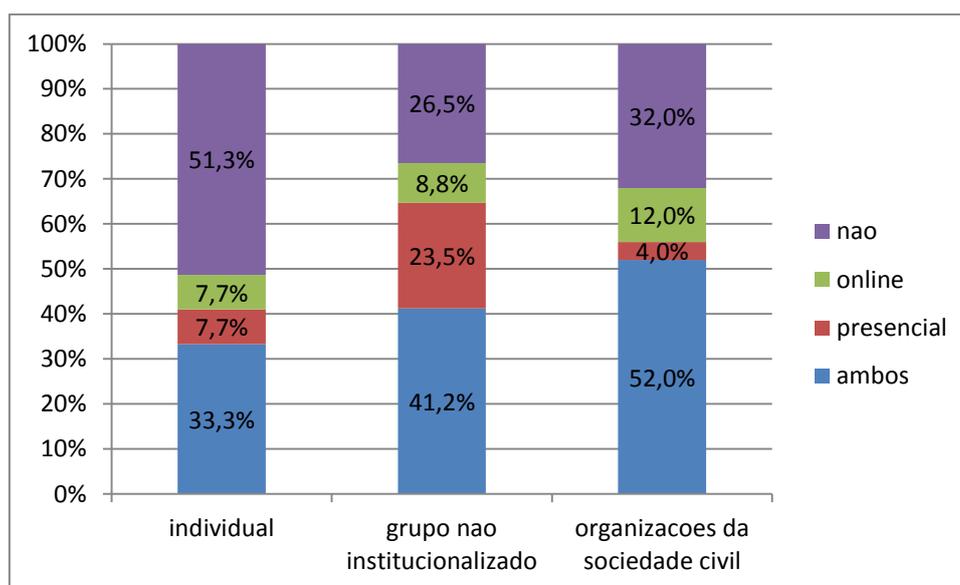


Figura 13 – Estímulo ao ativismo *online* e presencial de acordo com as características dos *blogs*

Outro dado intrigante é que apenas 16,5% dos *blogs* pesquisados divulgam petições *online* a partir de *hotlinks* específicos para elas. Este dado é interessante, uma vez que essa ferramenta constitui um mecanismo de ativismo político de baixíssimo custo e que, no entanto, parece não ser tão explorada:

Tabela 3: Disponibilização de petições *online*

	Frequência	Percentual
sim	29	16,5
não	147	83,5
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

Neste sentido, os *blogs* ambientais são mais atuantes que os *blogs* do Barão, pois 20,3% possuem *hotlinks* específicos para petições ou para campanhas que levam à assinatura de petição em até 2 *links*. Para os *blogs* do Barão esse percentual é de apenas 13,4%.

Ao verificar este parâmetro de acordo com a característica dos *blogs*, mais uma vez obtém-se resultados bastante diferentes entre si, sugerindo que as organizações da sociedade civil são muito mais ativas neste quesito, uma vez que 40% de seus *blogs* disponibilizam petições *online* de acordo com os critérios definidos acima, enquanto para os grupos não institucionalizados este percentual cai para 23,5% e para os *blogs* individuais para 9,4%. A Figura 14 traz os percentuais de disponibilização de petição *online* para cada grupo de característica de *blogs*, sendo que os números presentes no centro das barras correspondem aos números absolutos de cada grupo:

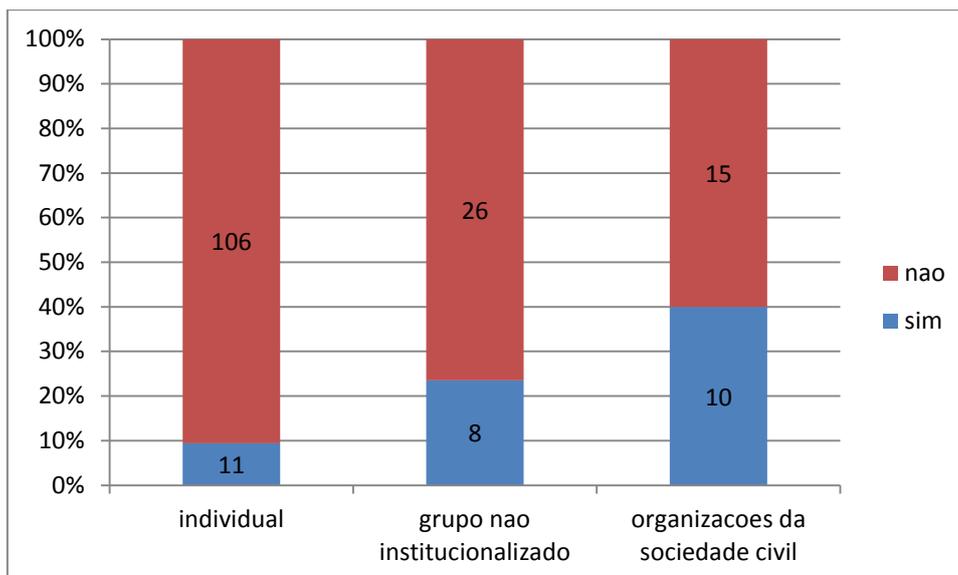


Figura 14 – Disponibilização de Petições *Online*

Todos os *blogs* divulgam informações e notícias sobre o tema, o que já era um resultado esperado, uma vez que o *blog*, por conceito, é uma ferramenta de postagem de informações e notícias.

A grande maioria dos *blogs* (96%) também disponibiliza fóruns de discussão:

Tabela 4 - Existência de fóruns de discussão, chats ou comentários

	Frequência	Percentual
sim	169	96,0
não	7	4,0
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

Quanto aos *blogs* que não possuem fóruns de discussão, *chats* ou espaço para comentários, seis são da temática ambiental. Da mesma forma, seis são de organizações da sociedade civil e apenas um é individual. Cabe ressaltar que este *blog* individual é de temática ambiental, enquanto o *blog* do Barão que não possui funcionalidade de discussões é de organização da sociedade civil.

Outro parâmetro informativo bastante presente no conjunto de *blogs* pesquisados é a divulgação de vídeos, conforme se verifica do quadro abaixo:

Tabela 5 - Divulgação vídeos sobre o tema

	Frequência	Percentual
sim	142	80,7
não	34	19,3
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

Os *blogs* do Barão divulgam mais vídeos, em um percentual de 86,6% contra 73,4% dos *blogs* ambientais. Quanto às características, os mais atuantes neste quesito são os grupos não institucionalizados, em que 91,2% divulgam vídeos, seguidos das organizações da sociedade civil (84%) e por último os *blogs* individuais (76,4%).

Quanto à organização de atividades educativas, apenas 11,4% dos *blogs* utilizam desta ferramenta, sendo que apenas dois são *blogs* do Barão:

Tabela 6 - Promoção de atividades educativas

	Frequência	Percentual
sim	20	11,4
não	156	88,6
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

Do total de 20 *blogs* que promovem atividades educativas, 13 são de organizações da sociedade civil, o que corresponde a 52% deste grupo. Quanto aos demais, quatro são *blogs* individuais (3,4% dos *blogs* individuais) e três são de grupos não institucionalizados (8,8% deste grupo):

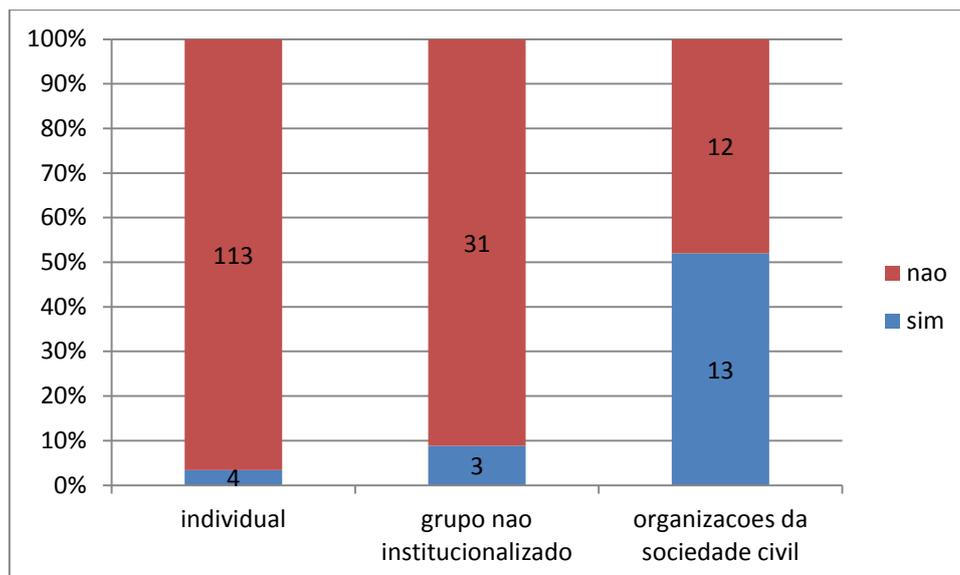


Figura 15 – Promoção de atividades educativas de acordo com as características dos blogs

Da mesma forma, apenas 18,8% do total de *blogs* pesquisados atua junto aos Três Poderes ou a algum deles, sendo que os *blogs* ambientais são mais atuantes, pois 24,1% atua junto ao Poder Público, contra 14,4% dos *blogs* do Barão:

Tabela 7 - Atuação junto aos Três Poderes ou a algum deles

	Frequência	Percentual
sim	33	18,8
não	143	81,3
Total	176	100,0

Fonte: Dados levantados pela autora

Os *blogs* que atuam junto ao Poder Público são, em sua grande maioria, de característica coletiva. Apenas cinco *blogs* individuais atuam junto aos Três Poderes ou a algum deles, o que corresponde a apenas 4,3% deste grupo. Para os *blogs* de grupos não institucionalizados este percentual é de 38,2% e para as organizações da sociedade civil o percentual é de 60%:

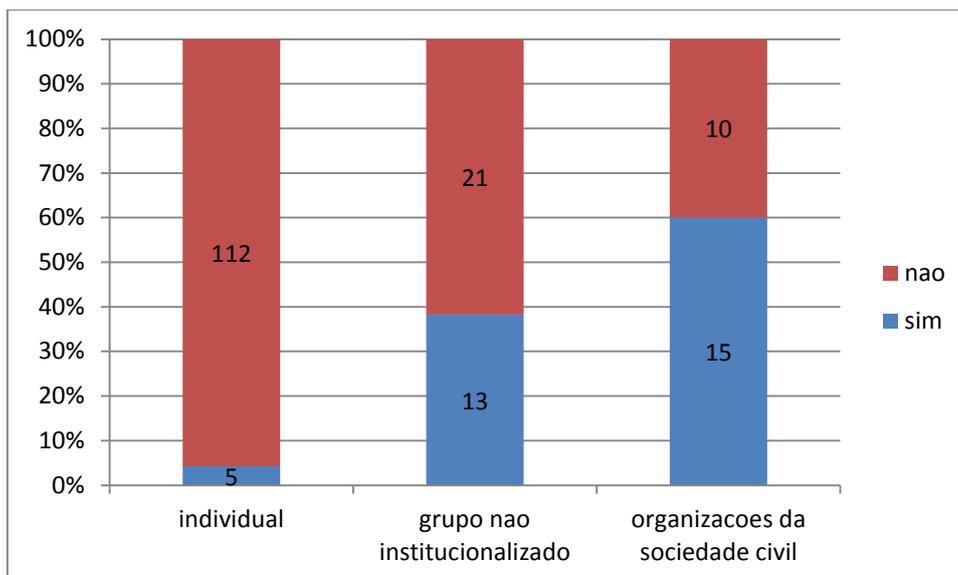


Figura 16 – Atuação junto ao Poder Público de acordo com as características dos *blogs*

Quanto à possibilidade de seus usuários compartilharem seu conteúdo em outras redes, mais da metade dos *blogs* (54%) permite o compartilhamento em todas as principais redes utilizadas, enquanto 29,5% não possibilita o compartilhamento em nenhuma delas:

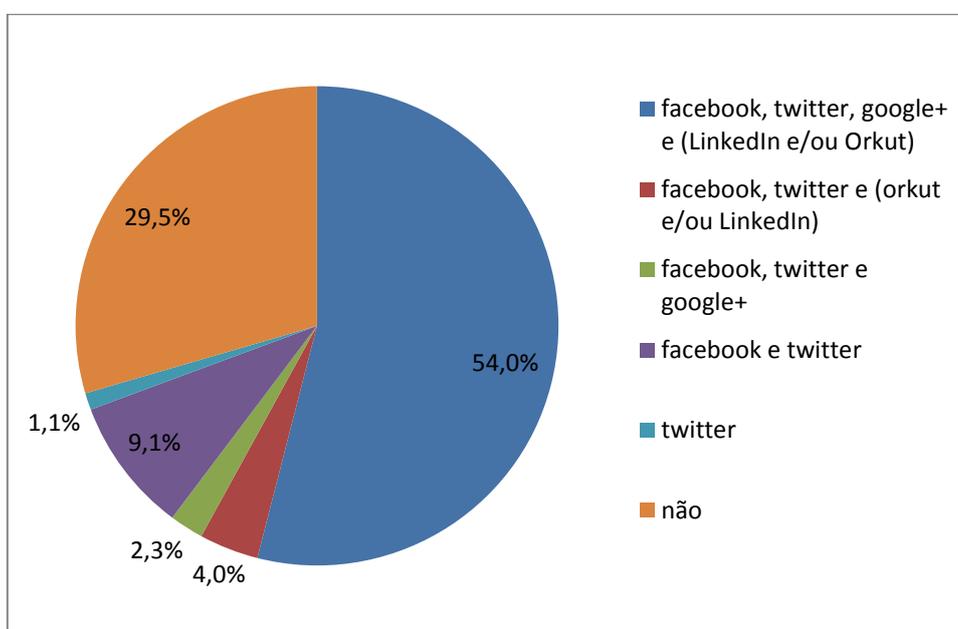


Figura 17 – Possibilidade de compartilhamento pelos usuários do conteúdo do *blog* em outras redes

O grupo temático dos *blogs* do Barão possibilita mais o compartilhamento em outras redes, pois 59,8% de seus *blogs* permitem o compartilhamento em todas as principais redes e apenas 24,7% não permite compartilhamento em nenhuma rede. Para os *blogs* ambientais, o percentual é de 46,8% que compartilha em todas as redes, enquanto 35,4% não compartilha em nenhuma. No que se refere às características dos *blogs*, os percentuais são bastante similares.

Já no que se refere à presença em outras redes, o quadro é bastante diferente, pois apenas 1,7% estão presentes em todas as principais redes da atualidade e 35,8% dos *blogs* não está presente em nenhuma outra rede. A rede que os *blogs* mais marcam sua presença é o *twitter*, uma vez que 20,7% está presente apenas nesta rede, 22,2% está presente no *faceboook* e no *twitter* e 6,8% está presente o *Facebook*, *twitter* e *LinkedIn* e/ou *Orkut*.

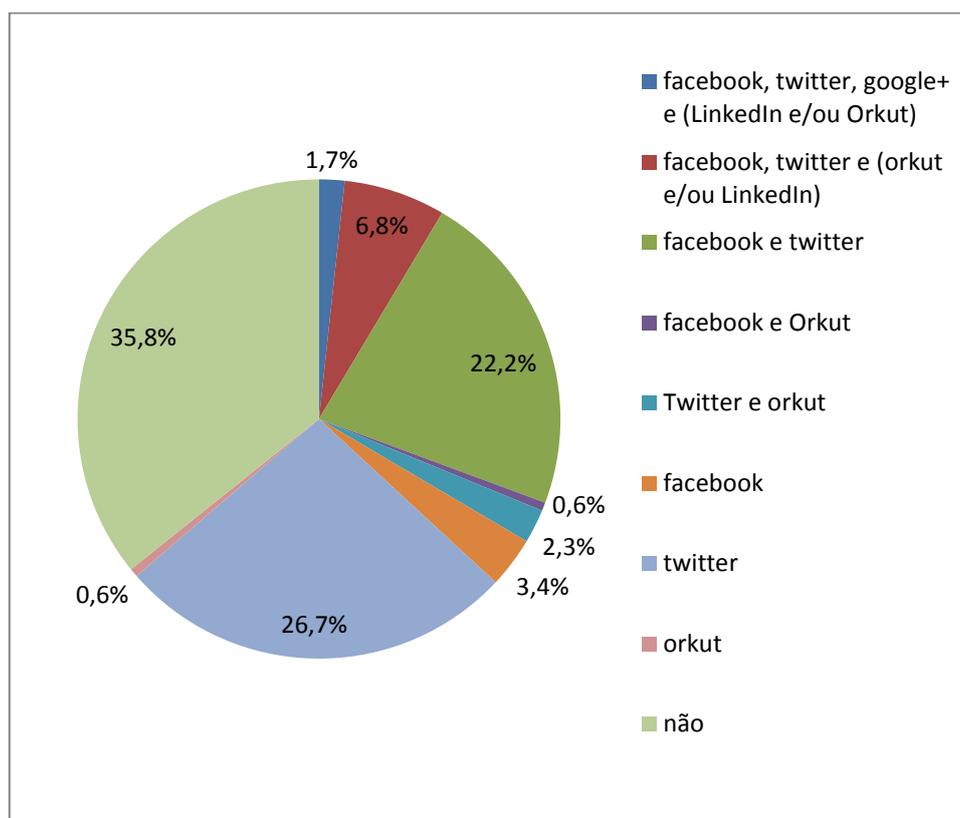


Figura 18 – Presença em outras redes

Ao analisar as temáticas individualmente, não há praticamente variação com relação à média geral. No entanto, no que se refere às características dos *blogs*, há uma

diferença mais expressiva no que se refere aos *blogs* individuais, pois 41,9% deles não está presente em nenhuma outra rede. A Figura 19 ilustra as particularidades de cada característica quanto a este parâmetro:

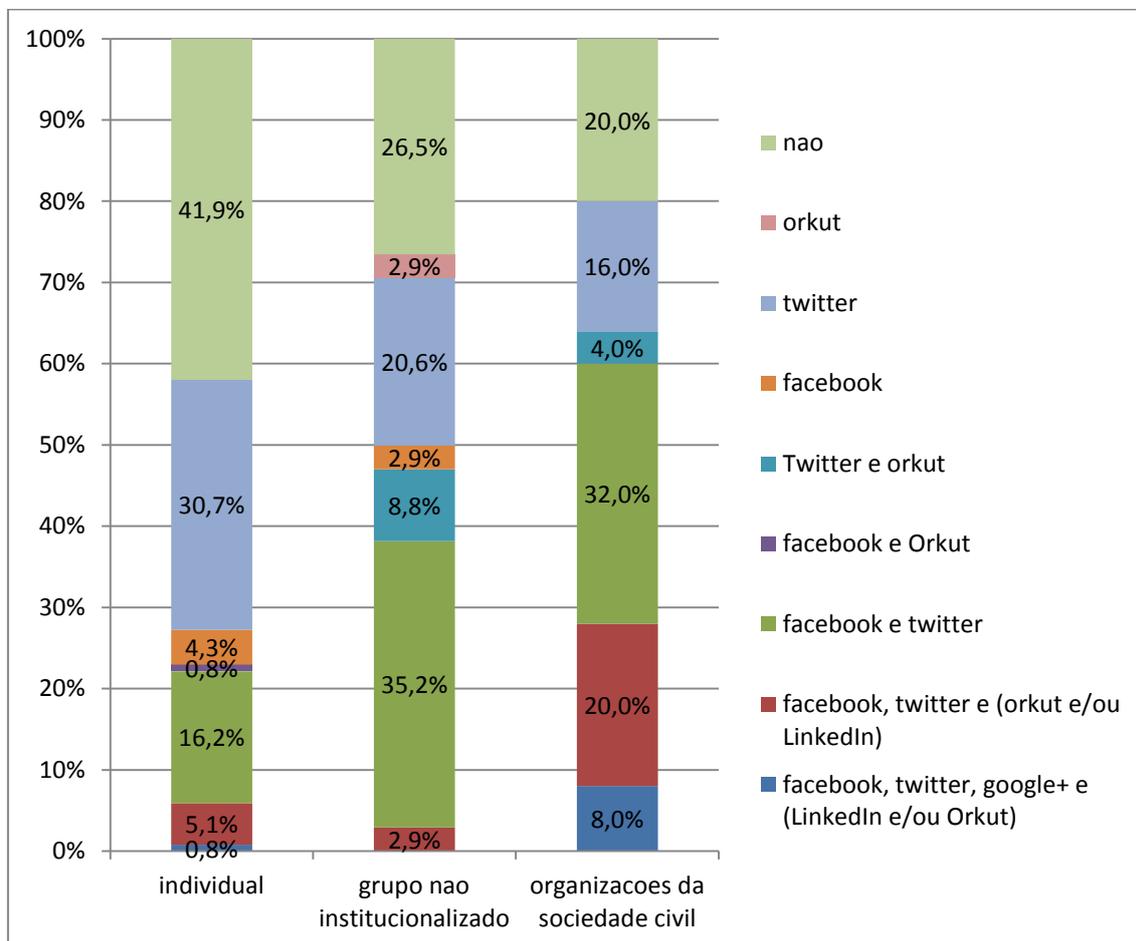


Figura 19 – Presença em outras redes de acordo com as características dos *blogs*

Finalmente, com relação à vinculação a outros atores, a grande maioria dos *blogs* (69,9%) não está vinculado ou não divulga informação a respeito. Esse percentual é um pouco maior para os *blogs* do Barão (75,3%) e um pouco menor para os *blogs* ambientais (63,3%).

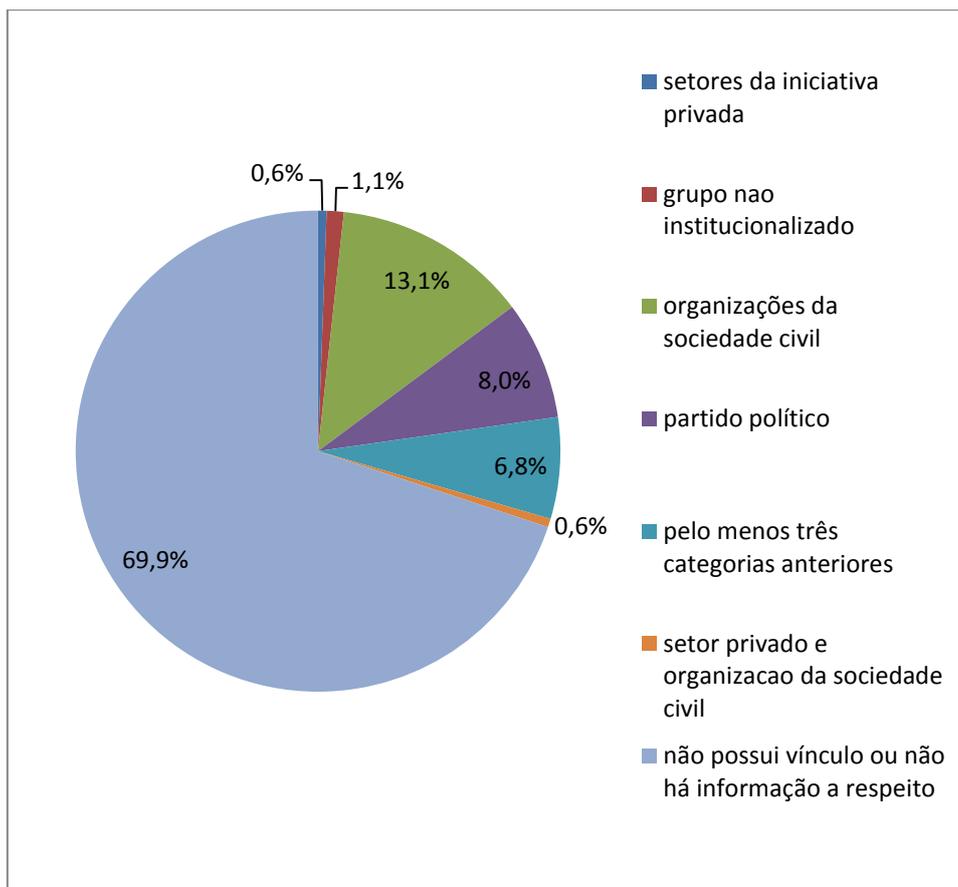


Figura 20 – Vinculação a outros atores

Os atores com os quais os *blogs* do Barão mais se vinculam são partidos políticos (14,4%), enquanto os *blogs* ambientais possuem maior vinculação a organizações da sociedade civil (21,5%).

Com relação às características dos *blogs*, os *blogs* individuais são os que menos vinculam ou divulgam essa informação, atingindo um percentual de 82,9%, em contraste com os 52,9% dos *blogs* de grupos não institucionalizados e os 32% de organizações da sociedade civil. A Figura 21 ilustra as diferenças de vinculação entre *blogs* com distintas características:

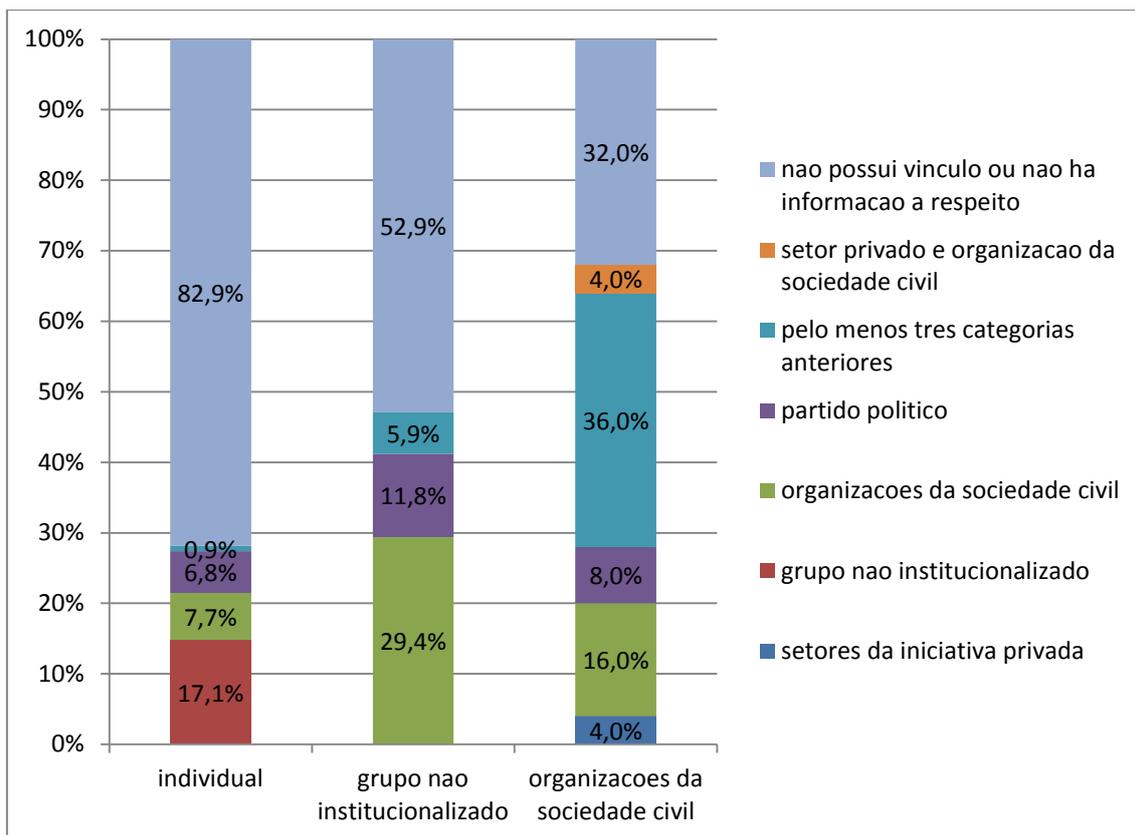


Figura 21 – Vinculação a outros atores de acordo com as características dos blogs

A partir da análise destas frequências e das *Tag Clouds* apresentadas, e tendo em conta as três categorias de parâmetros, o próximo capítulo cuidará de expor as conclusões extraídas do estudo sobre os *blogs*.

5. REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO

Conforme mencionado no capítulo anterior, para responder o problema de pesquisa objeto da presente dissertação, entendeu-se necessário buscar, em cada *blog* pesquisado, além dos dados básicos que os caracterizam, parâmetros representativos de ativismo político. Para tanto, foram criadas três categorias de parâmetros, conforme tabela a seguir:

Tabela 8 – Categorias de Parâmetros Representativos de Ativismo Político dos Blogs

CARACTERIZAÇÃO	INFORMAÇÃO	MOBILIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO
nome do <i>blog</i>	periodicidade das atualizações	arrecadação
endereço do <i>blog</i>	divulgação de informações	loja virtual
data da visita	divulgação de vídeos	incitação ao ativismo online
tema	presença em outras redes	petição online
objetivo do <i>blog</i>		discussões
identidade		eventos educativos
característica		ações políticas junto aos Três Poderes ou a algum deles
data de nascimento		compartilhamento em outras redes
		vinculação com outros atores
		projetos

Fonte: Dados levantados pela autora

Os parâmetros da categoria “caracterização”, conforme explicitado acima, se destinam a identificar os *blogs* pesquisados na data em que eles foram visitados. Este é um dos motivos para a inclusão do parâmetro “data da visita”, uma vez que os dados colhidos são verdadeiros para a data mencionada. Dessa forma, os parâmetros “nome”, “endereço do *blog*” e “data da visita” se prestam mais a identificar os indivíduos (*blogs*) pesquisados do que à análise dos dados propriamente dita.

Conforme mencionado acima, a partir da análise do parâmetro “objetivo”, verificou-se que o principal objetivo dos *blogs* pesquisados é a divulgação da informação de modo geral, sempre com foco na política, embora a discussão também seja uma preocupação bastante presente. A mobilização também aparece entre os objetivos dos *blogs*, embora com menor frequência.

Outro ponto importante a mencionar desse conjunto de parâmetros é quanto à característica, uma vez que a maior parte dos *blogs* pesquisados é individual, seguido pelos *blogs* de grupos não institucionalizados e depois das organizações da sociedade civil. Este dado é de especial importância, uma vez que servirá para explicar algumas diferenças de comportamentos entre os *blogs*, demonstradas a partir da análise dos parâmetros de informação e de mobilização. Nesse sentido, é importante mencionar que praticamente metade dos *blogs* ambientais (46,8%) possui característica coletiva, sendo 21,5% integrados por organizações da sociedade civil e 25,3% por grupos não institucionalizados. Para os *blogs* do Barão esse percentual de *blogs* coletivos é de apenas 22,7%. A grande maioria dos *blogs* deste grupo são *blogs* individuais (77,3%). Essa diferença já era esperada quando da escolha das temáticas para a pesquisa e foi, inclusive, desejada para explorar as particularidades das formas de atuação de *blogs* individuais e coletivos, que é um dos principais elementos norteadores deste trabalho.

Um dos prováveis motivos para esta diferença na composição das características entre as duas temáticas pode ser atribuída ao fato do movimento ambientalista ser um movimento institucionalizado desde a década de 1970, coordenado por grupos ativistas bastante atuantes que, com o surgimento da internet, se apropriaram das novas TICs para incorporá-las a seus repertórios de atuação, que já eram bastante marcados pelo uso intenso de canais de comunicação para atingir a opinião pública. Por outro lado, os *blogs* listados pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé” são *blogs* de variadas temáticas que guardam como denominador comum a militância em favor da democratização da comunicação. Dessa forma, são ativistas com atuação predominante por meio da internet, que buscam, muitas vezes, a participação política sem necessidade de intermediação da mídia tradicional ou de grupos da sociedade civil organizada, o que favorece a atuação individual.

No que se refere aos parâmetros da categoria informação, percebe-se que, na maior parte dos *blogs*, tais parâmetros encontram-se bastante presentes, confirmando a preocupação de informar identificada quando da análise dos objetivos. É interessante observar os resultados dos parâmetros desta categoria separadamente, conforme será feito a seguir.

Conforme indicado no capítulo anterior, 61,4% dos *blogs* são atualizados no máximo mensalmente, percentual que inclui os 43,2% que têm atualizações no máximo semanais e os 18,2% que são atualizados em períodos maiores que semanais mas menores que mensais. Neste quesito, as organizações da sociedade civil se destacam por abarcar a maioria dos *blogs* que não contêm informação sobre a periodicidade das atualizações. Ressalta-se que, pela média geral, 4% dos *blogs* não informam a periodicidade de suas atualizações, mas para o grupo de organizações da sociedade civil esse percentual sobe para 20%, uma vez que abrigam cinco dos sete *blogs* que não disponibilizam esta informação. Os outros dois são de grupos não institucionalizados, o que demonstra que a não divulgação da periodicidade das atualizações para os dados desta pesquisa é algo que ocorre apenas para *blogs* coletivos.

Embora o grupo de *blogs* de organizações da sociedade civil seja o que menos divulga a periodicidade de suas atualizações, é também o grupo que possui maior percentual de atualizações no máximo semanais, representando 60% deste grupo, em contraste aos 42,7% dos *blogs* individuais e 32,4% dos grupos não institucionalizados. Se somarmos a este percentual as atualizações no máximo mensais, o resultado é semelhante, apenas com um incremento na performance dos *blogs* individuais, pois o grupo de organizações da sociedade civil possui 68% de seus *blogs* com atualizações no máximo mensais, enquanto este número cai para 64,1% para os *blogs* individuais e 47,1% para os grupos não institucionalizados. Outra conclusão evidenciada pela análise da periodicidade das atualizações é que a institucionalização é um fator que influencia a continuidade dos *blogs*, uma vez que apenas 4% dos *blogs* de organizações da sociedade civil não estão sendo atualizados, percentual que sobe para 14,7% para grupos não institucionalizados e 16,2% para *blogs* individuais.

Quanto à divulgação de informações, todos os *blogs* pesquisados divulgam informações e notícias sobre o tema, o que, conforme mencionado no capítulo sobre o estudo, já era esperado, uma vez que a divulgação é inerente ao próprio conceito de *blog*. O caráter informativo também é reafirmado no que se refere à divulgação de vídeos, na medida em que 80,7% do total pesquisado divulga vídeos. Embora os grupos não institucionalizados sejam mais atuantes neste quesito, os três grupos de características apresentam percentual bastante elevado, não havendo grande relevância nas diferenças percentuais encontradas.

Finalmente, com relação à presença em outras redes, embora 35,8% dos *blogs* não estejam presentes em nenhuma outra rede, a maior parte (64,2%) está presente em pelo menos uma rede, sendo que a maior parte está presente pelo menos no Twitter (59,6%), *microblogging* que confere maior visibilidade aos posts de *blogs*, uma vez que resume o assunto em até 140 caracteres e fornece o *link* da matéria completa no *blog*, caso a pessoa, a partir da chamada, se interesse em aprofundar. Ressalta-se que os *blogs* individuais são os menos presentes em outras redes, com um percentual de abstenção de 41,9%, em contraste aos 26,5% dos grupos não institucionalizados e 20% das organizações das organizações da sociedade civil.

Dessa forma, em que pese o elevado grau de informação na maior parte dos *blogs*, resta claro que o conjunto de *blogs* de organizações da sociedade civil é mais informativo do que os demais grupos, o que sugere um maior comprometimento com a atividade ativista.

Com relação aos parâmetros da categoria mobilização/participação, a situação se mostra um pouco diferente, confirmando também a análise feita sobre os objetivos dos *blogs*, que demonstrou que a participação e a mobilização são objetivos importantes, mas estão atrás da informação. Quanto à divulgação de projetos, 88,1% dos *blogs* (155 *blogs*) não divulga ou não possui projetos em andamento. Dos 21 *blogs* que divulgam, 12 são organizações da sociedade civil, ou seja, 48% dos *blogs* de organizações da sociedade civil divulgam projetos, percentual bastante acima dos 11,9% do total de *blogs* que faz esse tipo de divulgação.

No que se refere à divulgação de formas de arrecadação de verbas, 88,6% dos *blogs* não divulgam ou não arrecadam. Dos 20 *blogs* que divulgam (dentre estes, cinco aceitam apenas doação de pessoa física, para manter a independência), 13 são organizações da sociedade civil. Ou seja, 65% dos *blogs* que arrecadam por meio da internet são de organizações da sociedade civil, sendo que as organizações da sociedade civil correspondem apenas a 14,2% do total de *blogs* pesquisados. Assim, podemos afirmar que 52% dos *blogs* de organizações da sociedade civil divulgam forma de arrecadação de verbas por meio da internet, em contraste aos 3,4% dos *blogs* individuais e, aos 8,8% dos grupos não institucionalizados.

Dessa maneira, fica claro que este instrumento é utilizado majoritariamente por organizações da sociedade civil, que são entidades legalmente constituídas no mundo presencial e que sobrevivem mediante doações ou mensalidade de seus associados/benfeitores. Os 48% dos *blogs* das organizações da sociedade civil que não divulgam formas de arrecadação em site, provavelmente divulgam por outros meios para garantir sua arrecadação, o que indica também que muitas organizações da sociedade civil ainda não utilizam em sua plenitude todas as facilidades e funcionalidades que a internet pode oferecer para sua mobilização, apenas inserindo páginas na internet como uma mera vitrine das atividades que desenvolvem no mundo presencial.

Uma outra ferramenta de arrecadação de verbas que praticamente não é explorada pelos *blogs* ativistas é a loja virtual. Verificou-se que apenas quatro dos 176 *blogs* disponibilizam essa funcionalidade, o que corresponde 2,3% do total, e três são de organizações da sociedade civil (12% dos *blogs* de organização da sociedade civil).

Sobre a incitação ao ativismo, 56,2% dos *blogs* incita alguma forma de ativismo por parte de seus usuários, sendo que a maior parte (66 dos 99 *blogs* que incitam o ativismo) incita tanto o ativismo *online* quanto o presencial. Um resultado interessante que se observou ao verificar os grupos temáticos individualmente é que 17,7% dos *blogs* ambientais estimulam apenas o ativismo presencial e que somente 3,8% deste mesmo grupo estimula apenas o ativismo *online*. Por outro lado, no grupo de *blogs* do Barão esta situação se mostra invertida, pois somente 4,1% estimula apenas o ativismo presencial, enquanto 12,4% estimula o ativismo apenas *online*. Tais resultados sugerem que os *blogs* ambientais privilegiam o ativismo presencial, enquanto os *blogs* do Barão privilegiam as práticas *online* de ativismo.

Ao analisar os grupos de características, um resultado bastante relevante que se obtém é no sentido de que os *blogs* individuais são menos atuantes em estimular seus usuários a se mobilizar pela causa que defendem, pois apenas 48,7% incitam alguma forma de ativismo, em contraste com os 68% dos *blogs* de organizações da sociedade civil e com os 73,5% dos *blogs* de grupos não institucionalizados que executam esta

atividade. Um dado curioso é que os grupos não institucionalizados estão bastante acima da média geral na questão do estímulo ao ativismo apenas presencial.

Seguindo na análise dos parâmetros de mobilização/participação, o parâmetro petição *online* também é ainda bastante pouco explorado, uma vez que apenas 16,5% dos *blogs* a utilizam. O percentual de organizações da sociedade civil que divulga *hotlinks* específicos para petição online é de 40%, bastante acima da média geral, mas ainda é pequeno, considerando-se o baixo custo desta forma de mobilização.

Quanto à existência de fóruns de discussão, *chats* ou espaço para comentários, apenas sete dos 176 *blogs* não disponibilizam tais espaços, o que corresponde a 4% do total. No entanto, destes sete *blogs* que não disponibilizam espaços para manifestação dos usuários, seis são de organizações da sociedade civil, o que faz com que 24% dos *blogs* de organizações da sociedade civil não empreguem esta funcionalidade. Uma possível explicação para este resultado está na questão da forma de atuação de tais entidades, que ocorre predominantemente no mundo presencial, incluindo fóruns deliberativos. Dessa forma, os *blogs* são, em muitos casos, vitrines ou complementos desta atuação. Com relação ao fato da maior parte desses *blogs* pertencer à temática ambiental (seis dos sete *blogs* que não disponibilizam espaços para manifestação de usuários), entende-se que este resultado não é muito relevante para extrair qualquer conclusão a respeito, uma vez que corresponde a um percentual de apenas 7,6% dos *blogs* ambientais.

Outro parâmetro de mobilização com baixa utilização é a organização de atividades educativas, realizada por apenas 20 *blogs*, o que corresponde a apenas 11,4% do total, sendo que 13 são organizações da sociedade civil. Diante deste número, conclui-se que 52% dos *blogs* da organização da sociedade civil divulgam esta atividade, muito acima dos percentuais dos grupos não institucionalizados (8,8%) e *blogs* individuais (3,4%). Mais uma vez essa diferença com relação aos resultados dos demais grupos tem como possível explicação a atuação das organizações da sociedade civil no mundo presencial.

Os *blogs* desta característica, juntamente com os grupos não institucionalizados, também são mais atuantes junto ao Poder Público, uma vez que, dos 33 *blogs* que atuam

junto ao Poder Público (que corresponde a 18,8% do total de *blogs*), 15 são organizações da sociedade civil (60% do total dos *blogs* de organizações da sociedade civil), 13 são grupos não institucionalizados (38,2% do total de grupos não institucionalizados) e apenas cinco são individuais (4,3% do total deste grupo). Esses números sugerem que a atuação coletiva é muito mais incisiva no contato direto com os destinatários do ativismo político integrantes do Poder Público que a atuação individual.

Quanto à possibilidade dos usuários compartilharem o conteúdo dos *blogs* em outras redes sociais, este parâmetro, conforme explicado, integra o rol de parâmetros de mobilização porque constitui uma espécie de “panfletagem” virtual. Nesse quesito, apenas 29,5% dos *blogs* não possibilitam o compartilhamento em nenhuma rede, sendo que 54% dos *blogs* permite o compartilhamento em todas as principais redes virtuais.

Finalmente, quanto à vinculação a outros atores, 69,9% dos *blogs* não está vinculado ou não divulga esta informação, sendo que os *blogs* do Barão são mais independentes e, quando se vinculam, é mais com partidos políticos. Os *blogs* ambientais, por seu turno, possuem maior vinculação a organizações da sociedade civil, até mesmo pela sua temática. Os *blogs* individuais praticamente não se vinculam a nenhum outro ator, pois apenas 17,1% declara algum tipo de vinculação. Para as organizações da sociedade civil este percentual sobre para 68%.

A partir desses resultados, é possível concluir que as atividades relacionadas a informação estão bastante desenvolvidas na para o conjunto de *blogs* pesquisado, enquanto as atividades de mobilização/participação estão parcialmente desenvolvidas, mas em um nível muito aquém das primeiras. Esse desenvolvimento das atividades relacionadas à informação é compatível com a literatura apresentada como fundamento teórico do trabalho, especialmente Castells (2004), que fala do crescente uso da internet por jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo o tipo como um canal para difundir informações e rumores políticos. Tal fato, no entanto, não garante que haja visibilidade de tais publicações alternativas. Há, inclusive como citamos na revisão de literatura acima, estudos que sugerem que *sites* e *blogs* de política são mais populares entre jovens, mais educados e de classes mais altas, indicando que a utilização da internet serve mais para reforçar o engajamento daqueles que já são politicamente ativos do que para aumentar a participação dos apáticos (LINDER e RIEHM, 2011; NORRIS,

2003). O próprio caráter auto-referido da blogosfera, em que um *blog* divulga e comenta as postagens de outros *blogs*, sugere que eles são mais lidos por aqueles que também escrevem *blogs*.

Ao buscar particularidades e diferenças de atuação nos *blogs* das duas temáticas escolhidas para a pesquisa, observa-se que há bastante similaridade nos mecanismos de atuação para ambos os temas, com leve predominância de parâmetros representativos de mobilização presenciais para os *blogs* ambientais e de parâmetros representativos de mobilização online para os *blogs* do Barão. No entanto, as maiores diferenças nos resultados foram verificadas ao se comparar os diferentes grupos característicos de *blogs*, que levam em consideração os tipos de agentes autores dos *blogs*.

Assim, pela observação das diferenças nos resultados dos *blogs* de organizações da sociedade civil, que indicam um maior grau de desenvolvimento nos parâmetros de mobilização, conclui-se que as atividades de mobilização online possuem natureza complementar em relação ao engajamento presencial, constituindo, portanto, mais uma facilidade para o ativismo político e não uma total ruptura do modelo de mobilização anterior. Tais resultados estão alinhados com as conclusões de Moraes (2001) sobre o caráter complementar das atividades de internet das ONGs em relação às suas atividades presenciais, constituindo uma forma de ampliar a circulação de informações a baixo custo. Também se alinham com o que afirma Pereira (2011) sobre a atuação da internet na criação e no aperfeiçoamento de repertórios de ação dos movimentos sociais contemporâneos, sugerindo uma articulação entre ações online e presenciais e não uma substituição.

Quanto aos *blogs* individuais e de grupos não institucionalizados, que poderiam representar uma forma de mobilização genuinamente *online*, percebe-se que eles ainda desenvolvem muito mais as atividades de informação do que de mobilização propriamente dita, exceto pela discussão, que se constitui em uma importante atividade e está muito mais presente nestes grupos. No entanto, os espaços para discussão *online* ainda são pouco aproveitados pelos usuários, se verificarmos o baixo número de comentários ou participação em fóruns virtuais.

Os *blogs* de grupos não institucionalizados apresentam índices maiores de mobilização do que os individuais, especialmente no que tange ao estímulo ao ativismo por parte de seus usuários e atuação junto ao Poder Público, o que indica que a atuação política coletiva é mais efetiva e gera mais comprometimento do que a atuação individual. Entretanto, os resultados sugerem que a institucionalização confere um índice de continuidade maior dos projetos iniciados.

Ainda que as atividades de mobilização ainda estejam em desenvolvimento na internet, o simples fato de permitir fontes alternativas de informação em relação à mídia e espaços de discussão já constitui um importante ganho para a participação política, pois possibilita outra visão acerca dos fatos políticos, contribuindo para a formação crítica dos usuários. Com isso, criam-se atalhos para que os cidadãos e a sociedade civil organizada comuniquem-se ou manifestem-se independente de mediação da mídia tradicional. Nesse sentido é importante lembrar que as atividades de conscientização e de exercício da crítica constituem práticas de participação política, conforme exposto no Capítulo sobre Participação Política, além da importância da comunicação. Por outro lado, não há indícios que a interação virtual por meio de *blogs* tenha influenciado a tomada de decisões coletivas até o presente momento, haja vista que é um fenômeno muito recente.

Conforme apresentado no Capítulo 3 sobre ativismo digital, Duarte (2011), retoma o pensamento de Norris (2002) sobre os três fatores que definem o ativismo político para defender que mudança nos padrões do ativismo são caracterizadas por mudanças nesses três fatores, a saber: as organizações que definem o ativismo; os mecanismos de atuação utilizados; e os alvos das ações. Nesse sentido, a partir do estudo empreendido, verificamos uma alteração nos dois primeiros fatores, não para substituir os padrões já existentes, mas para complementar o que já havia, na medida em que, embora a atuação das organizações da sociedade civil ainda seja muito mais expressiva, já se verifica a incipiente atuação de cidadãos independentes na prática do ativismo. Além disso, embora os mecanismos digitais de ativismo não sejam explorados em sua plenitude, a sua simples utilização já representa uma mudança.

No entanto, ao nos depararmos com o problema de pesquisa, que é verificar se a interação digital entre cidadãos no exercício político virtual altera as formas de

participação política a partir do modelo de participação apresentado por Norris (2001), a hipótese trabalhada não se confirma. Embora haja uma alteração nos mecanismos de atuação pela inclusão de mecanismos digitais de participação (o que inclui, conforme dito acima, atividades de conscientização e exercício da crítica), tais mecanismos não permitem que cidadãos participem politicamente sem a mediação das instituições da sociedade civil organizada. O que se verificou na pesquisa empreendida nesta dissertação foi que a atuação das organizações da sociedade civil ainda é bastante predominante e que suas atividades digitais são complementares às suas atividades presenciais, sendo que o grande ganho a partir da internet é a possibilidade de aumento da circulação da informação. Por outro lado, a atuação de cidadãos independentes é muito incipiente e muito mais voltada para a postagem de pontos de vista na web. Mesmo com relação à superação da mediação da mídia tradicional, não se pode afirmar tal superação, porque, embora não se tenha aprofundado neste quesito, estudos relatados nos capítulos teóricos indicam que a mídia tradicional ainda é predominante, reforçando sua atuação na internet, e não houve nesta pesquisa qualquer indício em contrário, mas apenas indicando a internet como uma opção. Dessa forma, conclui-se que, para o conjunto de *blogs* pesquisados, a interação digital entre cidadãos no exercício político virtual não altera de modo significativo as formas de participação política, representando mais um complemento às ações presenciais.

6. CONCLUSÃO

A presente dissertação constitui um estudo de caráter descritivo-exploratório que se propôs a investigar os mecanismos de interação digital entre cidadãos e entre cidadãos e governos no exercício político virtual por meio de *blogs*, a fim de analisar o perfil desta espécie de ativismo digital e, a partir disto, verificar se esta interação altera as formas de participação política. Para isso, primeiramente foram apresentados conceitos de participação política, abordando um pouco de sua evolução histórica, as formas de participação e uma classificação proposta por Bobbio sobre formas e níveis de participação política, que engloba a presença, a ativação e a participação em sentido estrito, enquadrando o ativismo digital como uma forma de participação política no nível de ativação.

Nesta parte do trabalho foi abordado o conceito de participação política formulado por Norris (2001), um dos principais referenciais teóricos para a pesquisa desenvolvida neste trabalho, segundo a qual a participação política dos cidadãos nos negócios públicos depende de uma mediação feita por organizações da sociedade civil ou pela mídia. Este conceito é de fundamental importância para o presente trabalho porque serviu de ponto de partida para a formulação e para a resposta do problema da pesquisa.

Foram apresentados também aspectos da importância da informação e da comunicação para a participação política, a partir de uma revisão de literatura sobre o tema, que passou pela relação entre participação e comunicação, liberdade de informação, importância da informação para a tomada de decisões e característica relacional da troca de informação. Foi abordada, ainda, a importância dos meios de comunicação e sua capacidade de influenciar na opinião pública.

A partir deste ponto, passou-se a apresentar alguns conceitos da comunicação digital relacionados à participação política, estabelecendo uma comparação com os meios de comunicação tradicionais, a partir das especificidades, diferenças e pontos e comum. Um importante aspecto abordado foi a inexistência de um centro ou controle estatal na internet, o que traz um caráter mais livre para a comunicação por meio da web

e possibilita uma grande troca de informações, que pode ser disponibilizada a todos que tenham acesso a internet. Tais potencialidades podem proporcionar um importante contraponto ao discurso apresentado pela mídia tradicional, uma vez que possibilitam que qualquer pessoa manifeste sua opinião sobre qualquer assunto. No entanto, críticos sugerem que tais características não são suficientes para garantir uma superação do nível de comunicação democrática, uma vez que os atores tradicionais reafirmaram sua predominância no mundo virtual, reproduzindo a política tradicional na web.

Nesse sentido, foram relatadas posições otimistas e pessimistas da comunicação por meio da internet, descrevendo os principais argumentos que fundamentam cada posição, além de um estudo empírico a respeito, sendo que, para o presente trabalho, adotou-se uma posição intermediária. Ao mesmo tempo em que se reconhece o potencial informativo e comunicativo das novas tecnologias em estabelecer um importante contraponto aos pontos de vista apresentados pela mídia tradicional e favorecer um aumento no debate político, também percebe-se que os atores da mídia tradicional e os grupos políticos hegemônicos são os que apresentam atuação mais relevante na internet. A internet, dessa forma, termina por ser um espelho do mundo presencial, reproduzindo suas assimetrias, suas possibilidades de exclusão, mas também gerando novas potencialidades de participação e troca de informações.

Em seguida, foram apresentados os conceitos de ativismo digital a partir de uma revisão de literatura sobre o tema, que se inicia pelas origens do ativismo digital, a partir do relato da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN e passa por estudos teóricos sobre esta forma de ativismo, e da exposição de alguns estudos empíricos sobre o assunto. Ressalta-se que os estudos teóricos e empíricos apresentados nesta parte do trabalho foram utilizados para a construção do modelo para o estudo empírico objeto desta dissertação.

Após a exposição teórica, passou-se aos estudos sobre *blogs* ativistas, no qual foram relatados os fundamentos do estudo a ser empreendido e apresentados os resultados obtidos. O estudo, conforme explicitado acima, teve caráter descritivo exploratório e foi feito a partir da análise de 176 *blogs*, divididos em duas temáticas: meio ambiente e *blogs* do Barão, este último constituído por *blogs* de temáticas variadas tendo, como ponto em comum, a militância pela democratização da comunicação. A

denominação do grupo temático é *blogs* do barão, uma vez que é integrado por *blogs* listados no Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Quanto à abrangência espacial, limitou-se a pesquisa a *blogs* nacionais com temática de interesse nacional e não meramente local. Não houve limitação temporal.

A escolha dos grupos temáticos se baseou na busca de um grupo representativo de movimento ativista tradicional, como é o caso dos ambientalistas, e um grupo representativo da nova geração de ativistas digitais para verificar diferenças e pontos comuns em sua atuação. Além disso, partiu-se do pressuposto de que o grupo de *blogs* do meio ambiente, por sua atuação já institucionalizada no cenário político, seria constituído por uma quantidade maior *blogs* de organizações da sociedade civil ou até mesmo grupos não institucionalizados, enquanto os *blogs* do Barão seriam predominantemente individuais, pressuposto que se confirmou quando da análise dos *blogs*. Essa diferença de composição foi desejada para permitir uma análise comparativa entre atuação individual e coletiva e institucionalizada e não institucionalizada.

A fim de avaliar os *blogs* levantados na pesquisa, foram definidos uma série de parâmetros de participação, cada uma pertencentes a uma das três categorias a seguir: caracterização, informação e mobilização/participação. A categoria de caracterização abrigou parâmetros que se destinam a caracterizar os *blogs* no momento em que eles foram visitados. A categoria informação abrigou parâmetros representativos do potencial informativo de cada *blog* e dos mecanismos de informação de que eles se utilizam. A categoria mobilização/participação abarcou parâmetros de mobilização e participação. Os resultados obtidos sugerem que as atividades relacionadas a informação estão bastante desenvolvidas na blogosfera, enquanto as atividades de mobilização/participação são apenas parcialmente desenvolvidas, mas em um nível muito aquém das primeiras.

Não foram verificadas diferenças significativas na atuação dos *blogs* de acordo com as temáticas, embora tenha se verificado uma leve predominância de parâmetros representativos de mobilização presenciais para os *blogs* ambientais e de parâmetros representativos de mobilização *online* para os *blogs* do Barão. No entanto, as maiores diferenças nos resultados foram verificadas ao se comparar os diferentes grupos característicos de *blogs*. As organizações da sociedade civil apresentaram grau de

mobilização mais elevado, a partir da observação dos parâmetros representativos desta categoria, sugerindo que as atividades de mobilização por meio da internet possuem natureza complementar em relação ao engajamento presencial, na medida em que as organizações e indivíduos mais ativos no mundo digital correspondem aos mesmos do mundo presencial. Constitui, portanto, mais uma facilidade para o ativismo político e não uma total ruptura do modelo de mobilização anterior.

A conclusão obtida, a partir dos resultados do estudo empírico e da revisão de literatura empreendida neste trabalho, é que, para os grupos pesquisados, a interação digital entre cidadãos no exercício político virtual não altera de forma significativa as formas de participação política de acordo com o conceito de Norris (2001), na medida em que os mecanismos digitais de atuação não possibilitam que os cidadãos participem politicamente sem a mediação das instituições da sociedade civil organizada. Embora os novos mecanismos de atuação digitais possibilitem a existência de canais alternativos à mídia e o ingresso de atores independentes (cidadãos comuns) na arena de debate político, a atuação das organizações da sociedade civil ainda é bastante predominante e suas atividades digitais são complementares às suas atividades presenciais, sendo que o grande ganho a partir da internet é a possibilidade de aumento da circulação da informação. Dessa forma, os resultados indicam que não há substituição dos mecanismos tradicionais de participação, tampouco das organizações que definem o ativismo.

Como pontos a serem indicados para estudos futuros sobre o tema sugere-se a ampliação do estudo empreendido para abarcar outras temáticas e, assim, alcançar uma maior representatividade para a pesquisa, além da investigação dos efeitos do ativismo digital nas decisões políticas.

REFERÊNCIAS

- AIKENS, Geoffrey S. **A Democracia Eletrônica**. In: *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, jul/dez n. 8, Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/CadernosEscola/Caderno8/democracia.asp>>. Acesso em: 19.jul.2011.
- ARAYA, Rubén. **Conectividad social: reflexiones sobre los conceptos de comunidades virtuales y portales ciudadanos desde una visión social sobre internet**. PORRAS, José I. e ARAYA Rubén. *E-democracia – Retos y Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia en la Sociedad de la Información*. Editorial Universidad Bolivariana, 2003.pp. 289-316.
- BACHINI PEREIRA, Natasha. *Sob o Piado do Twitter: o Novo Tom das Campanhas leitorais com a Difusão da Internet no Brasil – Versão Reformulada*. In: Anais do Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR, 26 a 28 de setembro de 2011 Disponível em <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/5_132.pdf>. Acesso em 20.12.2011.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília : Editora UnB, 2010.
- CASTELLS, Manuel. Internet, libertad y sociedade: una perspectiva analítica. PORRAS, José I. e ARAYA Rubén (Org.). *E-democracia – Retos y Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia en la Sociedad de la Información*. Santiago (Chile) : Editorial Universidad Bolivariana, 2003.pp. 17-43.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CONSTANT, Benjamin. **Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos**. In: *Revista de Filosofia Política*, n.2, 1985, pp. 9-25.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo : Brasiliense, 1999.
- DAVIS, Richard e OWEN, Diana. *New Media and American Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

- DUARTE, Gabriel Guerra. *Ativismo político na internet: o caso Avaaz e o ativismo globalizado (online)*. In: Anais do Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR, 26 a 28 de setembro de 2011 Disponível em <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/5_132.pdf>. Acesso em 20.12.2011.
- GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. In: *Revista Fronteira – estudos midiáticos*. Vol. VII, n. 3, set/dez de 2005, pp. 214-222.
- GOMES, Wilson. *Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas*. In: V ENLEPICC – Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Salvador, Nov. 2005 (b). Disponível em <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/>>. Acesso em 14.mai.2012.
- GOMES, Wilson. *Democracia digital: Que democracia?* In: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política. UFMG, Belo Horizonte, 05 a 07/12/2007. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_ip-wilson.pdf>. Acesso em 15.mai.2012.
- HABERMAS, Jürgen. (1995). Três Modelos Normativos de Democracia, In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, 36.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia, Entre Faticidade e validade*. Tempo Brasileiro, 2003.
- KEANE, John. **Lo Público em la Era de la Abundancia Comunicativa**. In: GIUSTI, Miguel e MERINO, María Isabel (org.). *Ciudadanos en la Sociedad de la Información*. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica Del Peru : Lima, 2001.
- LESTON-BANDEIRA, C. **The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework**. In : *Parliamentary Affairs*, 60, n. 5, 2007. pp. 655–674.
- LINDNER, Ralf and RIEHM, Ulrich (2011). **Broadening Participation Through E-Petitions? An Empirical Study of Petitions to the German Parliament**. In: *Policy & Internet*: Vol. 3: Iss. 1, Article 4, 2011. Disponível em <<http://www.psocommons.org/policyandinternet/vol3/iss1/art4/>>. Acesso em 23.dez.2011.
- LITTLEJOHN, Stephen W. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Dimensões da ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais*. Dissertação de Mestrado, 2004 Salvador:

Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11>. Acesso em 15.jun.2011

MORAES, Dênis de. *O ativismo digital*. Rio de Janeiro : Universidade Federal Fluminense, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em 23.maio.2012.

MORAES, Dênis de. *Por uma outra Comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record. 2003.

NAHON, Karine et alli. **Fifteen Minutes of Fame: The Power of Blogs in the Lifecycle of Viral Political Information**. In: *Policy & Internet*: Vol. 3: Iss. 1, Article 2, 2011.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, P. *Digital Divide - Civic Engagement, Information Poverty, and The Internet Worldwide*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2003.

NORRIS, P. **Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites**. In: PORRAS, J. I.; ARAYA, R (org.). *E-democracia: retos e oportunidades para el fortalecimiento de la participación ciudadana y la democracia em la sociedad de la information*. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2003 (b). pp. 265-287.

O'RILLEY, Tim. O que é Web 2.0?. Tradução: Miriam Medeiros. Revisão Técnica: Julio Preuss, novembro de 2006. Disponível em: <http://www.cipedia.com/doc/102010>. Acesso em 25.ago.2010.

ORTIZ, Pedro. *Zapatistas: a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros – Thesaurus, 2006.

PEREIRA, Marcus Abílio. *Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital*. IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em 30.junho.2011

PIMENTA, Francisco J. Paoliello; RIVELLO, Ana Paula Avellar. Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida. In: Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0354-1.pdf>>. Acesso em 14.jun.2011.

- RAMON, Soriano. *Las libertades públicas*. Madrid : Editorial Tacnos, 1990.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo : Martins Editora, 2008.
- RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. *Redes e ciberativismo*. I Seminário Interno do grupo de Pesquisa em Cibercidades, FACOM-UFBA. Outubro de 2003. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>>. Acesso em 16.junho.2011;
- ROTHBERG, D. **Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica**. In: *Opinião Pública*. Campinas, XIV, Junho 2008. 149-172.
- SACO, Diana. *Cybering Democracy: Public Space and the Internet*. London : University of Minnesota Press, 2002.
- SILVA, Uca. **Impacto social das tecnologias de informação e comunicação no espaço local**. BONILLA, M.; GILLES, C. (Org.). *Internet y Sociedad en América Latina y el Caribe*. Quito: Flacso Ecuador - IDRC, 2001. pp. 279-307.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada**. In: Revista *Sociologia Política*. V. 17, n. 34, pp. 103-113, out 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a08v17n34.pdf>>. Acesso em 27.out.2011.
- SUBIRATS, John. **Los dilemas de una relación inevitable. Innovación democrática y tecnologías de la información y de la comunicación**. PORRAS, José I. e ARAYA Rubén. *E-democracia – Retos y Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia en la Sociedad de la Información*. Editorial Universidad Bolivariana, 2003.pp. 237-263.
- TOLBERT, Caroline J. and MCNEAL, Ramona S. **Unraveling the Effects of the Internet on Political Participation?**. In: *Political Research Quarterly*. SAGE Publications : University of Utah, 2003.
- UGARTE, David de. *O Poder das Redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- UNITED NATIONS, *Report of the Special Rapporteur to the General Assembly on the right to freedom of opinion and expression exercised through the Internet*. disponível em <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/A.66.290.pdf>>. Acesso em 4.jul.2011

UNITED NATIONS, *Declaração Universal de Direitos Humanos*. 1948, disponível em <<http://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em 17.maio.2012

VEGH, S. *Classifying forms of online activism – the case of cyberprotests against the World Bank*. In: McCAUGHEY, M. And AYERS, M.D (eds.). *Cyberactivism – online activism in theory and practice*. New York: Routledge, 2003.

APÊNCICE – LISTA DE BLOGS PESQUISADOS

1	Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé	www.baraodeitarare.org.br
2	Plantão Diário	http://www.plantaodiario.com.br/
3	Blog Sujo	www.blogsujo.com
4	Vamos pintar o mundo de povo	http://www.blogdoandersonbahia.blogspot.com.br/
5	Maria Frô	www.mariafro.com
6	Hiperfície	www.hiperficie.wordpress.com
7	Blog do Gusmão	www.blogdogusmao.com.br
8	Medo de vocês	http://medodevoces.blogspot.com.br/
9	Evidentemente	www.blogdejadson.blogspot.com.br
10	A Borduna	www.aborduna.blogspot.com.br/
11	Blog de Vicente	www.softwarelivre.org/profile/vicente#
12	Law Araújo	www.lawaraujo.blogspot.com.br
13	Guerrilheiros Virtuais	www.guerrilheirosvirtuais.blogspot.com.br
14	Vozes e Vezes	www.vozesevezes.blogspot.com.br
15	Somos Mulheres de Fibra	www.somosmulheresdefibra.blogspot.com.br
16	Pé na Terra	www.carcari.blogspot.com.br
17	Eduardo Valdoski	www.eduvaldoski.wordpress.com
18	Blog do Filipe	www.blogdofilipe.com
19	Miúdo Recruzado	www.miudorecruzado.blogspot.com.br
20	Blog do Alok	www.blogdoalok.blogspot.com.br
21	Lobo em Pele de Cordeiro	www.loboempele.blogspot.com.br
22	Blog do Ricardo Poppi	www.ricardopoppi.org
23	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES/DF	www.ubesodf.blogspot.com.br
24	Rede Democrática PMDF	www.rededemocraticapmdf.blogspot.com.br
25	Relevâncias N	www.relevanciasn.blogspot.com.br
26	Banda Larga é um direito seu!	www.campanhabandalarga.org.br
27	Blog do Robson Camara	www.blog-do-robson-camara.blogspot.com.br
28	Apenas, Marcia	www.marciahmcosta.blogspot.com.br
29	Democracia & Política	http://www.democraciapolitica.blogspot.com.br/
30	Juntos Somos Fortes	www.juntosomos-fortes.blogspot.com.br
31	As Árvores são Fáceis de Achar	www.asarvoressaofaceisdeachar.blogspot.com.br
32	Blog do Marcus Vinícius	www.marcusvinicius.blog.br
33	Onda Vermelha	www.ondavermelhago.blogspot.com.br
34	Conversa de Feira	www.conversadeferia.blogspot.com.br
35	Blogueiros de MT	www.blogueirosdemt.blogspot.com.br
36	Observadores Sociais	www.observadoressociais.blogspot.com.br
37	Blog do Jipão	www.jipao13.blogspot.com.br
38	A Tal Mineira - Blog da Sulamita	www.atalmineira.wordpress.com
39	Falando Sozinho	www.mineirobraza.blogspot.com.br
40	Blog da Brauer	www.carolinabrauer.wordpress.com
41	Blog Articulação Bancária/PA	www.artebancaria.blogspot.com.br
42	Ananindeua Debates	www.ananindeuadebates.blogspot.com.br

43	Engajarte	www.engajarte-blog.blogspot.com.br
44	Midiacrucis's Blog	www.midiacrucis.wordpress.com
45	Economia Solidária e Agroenergia/PR	www.economiasolidariaeagroenergiaparana.blogspot.com.br
46	Blog Claudio Angelim	www.claudioangelim.com
47	Pernambucano Falando para e com o mundo	www.gilbertodeazevedo.blogspot.com.br
48	Blog do Cassio Borges	www.cassioborges.blogspot.com.br
49	Opinião - Sergio Telles	www.stelles.blogspot.com.br
50	Fatos Sociais	www.fatossociais.blogspot.com.br
51	Marcia e sua Leituras	www.marciahmcosta.blogspot.com.br
52	Palavras Diversas	www.palavrasdiversas.com
53	#RioBlogProg	www.rioblogprog.blogspot.com.br
54	E agora?	www.eagora-dil.blogspot.com.br
55	Pra escrever	www.praescrever.blogspot.com.br
56	Mobilização BR	www.mobilizacao.br.ning.com
57	Maria da Penha Neles!	www.mariadapenhaneles.blogspot.com.br
58	Blog de Um Sem-Mídia	www.blogdeumsem-mdia.blogspot.com.br
59	Blog do Luís Alberto	www.lulabrax.blogspot.com.br
60	Blog do Marabat Calado	www.marabatcalado.blogspot.com.br
61	Página do Zero	www.paginadozero.wordpress.com
62	Blog do Leonardo Gomes	www.leogomesrj.blogspot.com.br
63	De olho no discurso	www.deolhonodiscurso.wordpress.com.br (até julho de 2011) www.blogdodanieldantas.blogspot.com.br (após julho de 2011)
64	Blog do Romeu Dantas	www.romeudantas.com
65	Notas de um Geógrafo Radical	www.juniordeleca.blogspot.com.br
66	Embolando Palavras	www.embolandopalavras.com.br
67	Somos Andando	www.somosandando.wordpress.com
68	Blog do Julio Garcia	www.jcsgarcia.blogspot.com.br
69	Blog do Kayser	www.blogdokayser.blogspot.com.br
70	Cinema & Outras Artes	www.cinemaeoutrasartes.blogspot.com.br
71	O Esquerdopata	www.esquerdopata.blogspot.com.br
72	Inter Ação	www.alhoeolho.blogspot.com.br
73	Juventude Petroleira	www.juventudepetroleira.wordpress.com
74	Rede Castor Photo	www.redecastorphoto.blogspot.com.br
75	Sabotagemche	www.valderramaleo.blogspot.com.br
76	Blog da Bê	www.begueira.blogspot.com.br
77	Blog do Instituto Zequinha Barreto	www.zequinhabarreto.org.br
78	Cloaca News	www.cloacanews.blogspot.com.br
79	Coletivo Catarse	www.coletivocatarse.blogspot.com.br
80	Desabafo Brasil	www.desabafopais.blogspot.com.br
81	Diário Gauche	www.diariogauche.blogspot.com.br
82	Blog do Gilmar da Rosa	www.blogdogilmardarosa.blogspot.com.br

83	Café & Aspirinas	www.cafeaspirinas.blogspot.com.br
84	Neo Jornalismo	www.neojornalismo.blogspot.com.br
85	Ofensiva contra o machismo	www.contramachismo.wordpress.com
86	Blog Somos	www.somos.org.br
87	Aldeia Gaulesa	www.aldeiagaulesa.net
88	União da Juventude Socialista Gaúcha - UJS Gaúcha	www.ujsgaucha.blogspot.com.br
89	Pimenta com Limão	www.pimentacomlimao.wordpress.com
90	Polenta News	www.polentanews.blogspot.com.br
91	Joanne Mota	www.joannemota.blogspot.com.br
92	Blog do Cappacete	www.blogdocappacete.blogspot.com.br
93	Blog do Edicarlos	www.soumutirao.blogspot.com.br
94	Blog do Natan de Guarulhos	www.jornalistanata.blogspot.com.br
95	Blog do Paulinho	www.blogdopaulinho.blogspot.com.br
96	Blog do Tsavkko - The Angry Brazilian	www.tsavkko.com.br
97	DoLaDoDeLá	www.maureliomello.blogspot.com.br
98	WWF	http://www.wwf.org.br/
99	Floresta Faz a Diferença	http://florestafazadiferenca.org.br
100	Greenpeace	http://www.greenpeace.org/brasil/pt/
101	Imaflora	http://www.imaflora.org/ http://www.imaflora.blogspot.com.br/
102	IPAM - Instituto de Pesquisa ambiental da Amazônia	http://www.ipam.org.br
103	Movimento Gota D'água	http://www.movimentogotadagua.com.br/
104	Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente do Piauí	http://www.coletivojovempiaui.blogspot.com.br/
105	Movimento Xingu Vivo para sempre	http://www.xinguvivo.org.br/
106	A Cura do Planeta	http://acuradoplaneta.org/sitio/
107	Evolução Sustentável	http://evolucaosustentavel.blogspot.com.br/
108	Monólogos da Terra	http://www.monologosdaterra.blogspot.com.br/
109	SOS Mata Atlântica	http://www.sosmatatlantica.org.br
110	Preserv Blog	http://preservblog.blogspot.com.br/
111	Instituto Eco-Faxina	http://www.institutoecofaxina.org.br
112	Movimento com florestas	http://comflorestas.blogspot.com.br/
113	Instituto Akatu	http://www.akatu.org.br/
114	Associação Santuário Ecológico Rancho dos Gnomos	http://www.ranchodosgnomos.org.br/
115	GaiaEcologia	http://gaiaagroecologia.blogspot.com.br/
116	A Hora do Planeta é a Sua Hora	http://ahoradoplaneta.blogspot.com.br/
117	Blog do Rancho	http://blogdorrancho.com/
118	Antes que a natureza morra	http://antesqueanaturezamorra.blogspot.com.br/
119	Pensar Eco é Lógico	http://pensareco.blogspot.com.br/
120	Plante uma vida, plante uma árvore	http://darcibergmann.blogspot.com.br/
121	Mora na Ecologia	http://moranaecologia.blogspot.com.br/

- 122 Associação São Borgense de Proteção ao Ambiente Natural - ASPAN <http://aspanrs.blogspot.com.br/>
- 123 Defensor da Natureza <http://ra-bugio.blogspot.com.br/>
- 124 Instituto Rã-bugio www.ra-bugio.org.br
- 125 Meu mundo Sustentável <http://meumundosustentavel.com/>
- 126 Natureza e Paz <http://naturezaepaz.blogspot.com.br/>
- 127 Água: Dona da Vida@Infoambiental <http://aguadonadavida.blogspot.com.br/>
- 128 Ecologia e Fé <http://ecologiaefe.blogspot.com.br/>
- 129 SOS Rios do Brasil <http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/>
- 130 Consciência com Ciência <http://www.conscienciacomciencia.com.br/>
- 131 E esse tal Meio Ambiente? <http://essetalmeioambiente.com/>
- 132 Nosso meio ambiente <http://nossomeioambiente01.blogspot.com.br/>
- 133 Atitude Eco <http://atitudeco.com.br/>
- 134 Discutindo Ecologia <http://scienceblogs.com.br/discutindoecologia/>
- 135 Verde que te quero verde <http://ajudandonatureza.blogspot.com.br/>
- 136 CICLICCA <http://ciclicca.blogspot.com.br/>
- 137 Sacolinhas Plásticas <http://sacolinhasplasticas.blogspot.com.br/>
- 138 Nosso futuro Comum <http://nossofuturocomum.blogspot.com.br/>
- 139 Holos: ecologia integral <http://holosecologiaintegral.blogspot.com.br/>
- 140 Canto da Sustentabilidade e da Cidadania <http://cantodasustentabilidade.blogspot.com.br/>
- 141 Amigos das Árvores de São Paulo <http://arvoresdesaopaulo.wordpress.com/>
- 142 Árvores para sempre <http://treesforever.blogspot.com.br/>
- 143 Desenvolvimento Sustentável <http://sustentavel-desenvolvimento.blogspot.com.br/>
- 144 A arte de modificar <http://aartedemodificar.blogspot.com.br/>
- 145 Preserve <http://www.burmann.adv.br/>
- 146 Quero Verde Novo <http://queroverdenovo.com.br/blog/>
- 147 Eco Papo <http://ecopapo.blogspot.com.br/>
- 148 Rotinas Verdes <http://rotinasverdes.blogspot.com.br/>
- 149 Gestão ambiental <http://meioambiente.blogomoura.com/>
- 150 Como organizar um movimento preocupado com as mudanças climáticas sem surtar <http://movimentoagicare.blogspot.com.br/>
- 151 Mundo Sustentável <http://mundosus.blogspot.com.br/>
- 152 Sustenta essa idéia <http://sustentaessaideia.blogspot.com.br/>
- 153 Eko Chato <http://ekochato.blog.com/>
- 154 Reação Ambiental <http://www.reacaoambiental.com.br/>
- 155 Educação Ambiental na Net <http://eananet.blogspot.com.br/>
- 156 Blog Terra Verde <http://cezarteixeira.blogspot.com.br/>
- 157 Questão Ambiental <http://questaoamb.blogspot.com.br/>
- 158 Pensando em Educação Ambiental <http://pensandoemeduacaoambiental.blogspot.com.br/>
- 159 Ecobservatório <http://ecobservatorio.blogspot.com.br/>
- 160 Eco Estrelin <http://oecodeestrelinha.blogspot.com.br/>
- 161 Idéias Verdes <http://www.iverdes.com.br/>

- 162 Conceito Ecológico <http://conceitoecologico.blogspot.com.br/>
- 163 Papo Verde <http://gaya1.blogspot.com.br/>
- 164 Projeto Juventude Ecológica <http://juventudeecologica.blogspot.com.br/>
- 165 Projeto Maria do Lixo <http://projetomariadolixo.blogspot.com.br/>
- 166 Meio Ambiente <http://cardiine.blogspot.com.br/>
- 167 Movimento Ambientalista Os Verdes <http://osverdestapes.blogspot.com.br/>
- 168 Grupo de Voluntários Greenpeace - Rio de Janeiro <http://greenpeacerj.blogspot.com.br/>
- 169 Grupo de Voluntários Greenpeace - Porto Alegre <http://greenpeaceportoalegre.blogspot.com.br/>
- 170 Grupo de Voluntários Greenpeace - São Paulo <http://greenpeacesp.blogspot.com.br/>
- 171 Grupo de Voluntários Greenpeace - Brasília <http://greenbsb.blogspot.com.br/>
- 172 Grupo de Voluntários Greenpeace - Manaus <http://greenpeacemanaus.blogspot.com.br/>
- 173 Grupo de Voluntários Greenpeace - Belo Horizonte <http://greenpeacebh.blogspot.com.br/>
- 174 Grupo de Voluntários Greenpeace - Recife <http://greenrecife.blogspot.com.br/>
- 175 Grupo de Voluntários Greenpeace - Salvador <http://greenpeacessa.blogspot.com.br/>
- 176 Centro de Estudos Ambientais - OngCea www.centrodeestudosambientais.wordpress.com